

# JORNADA PEDAGÓGICA

2023

sinapse

**8 a 11 de fevereiro**

**Local: a definir**

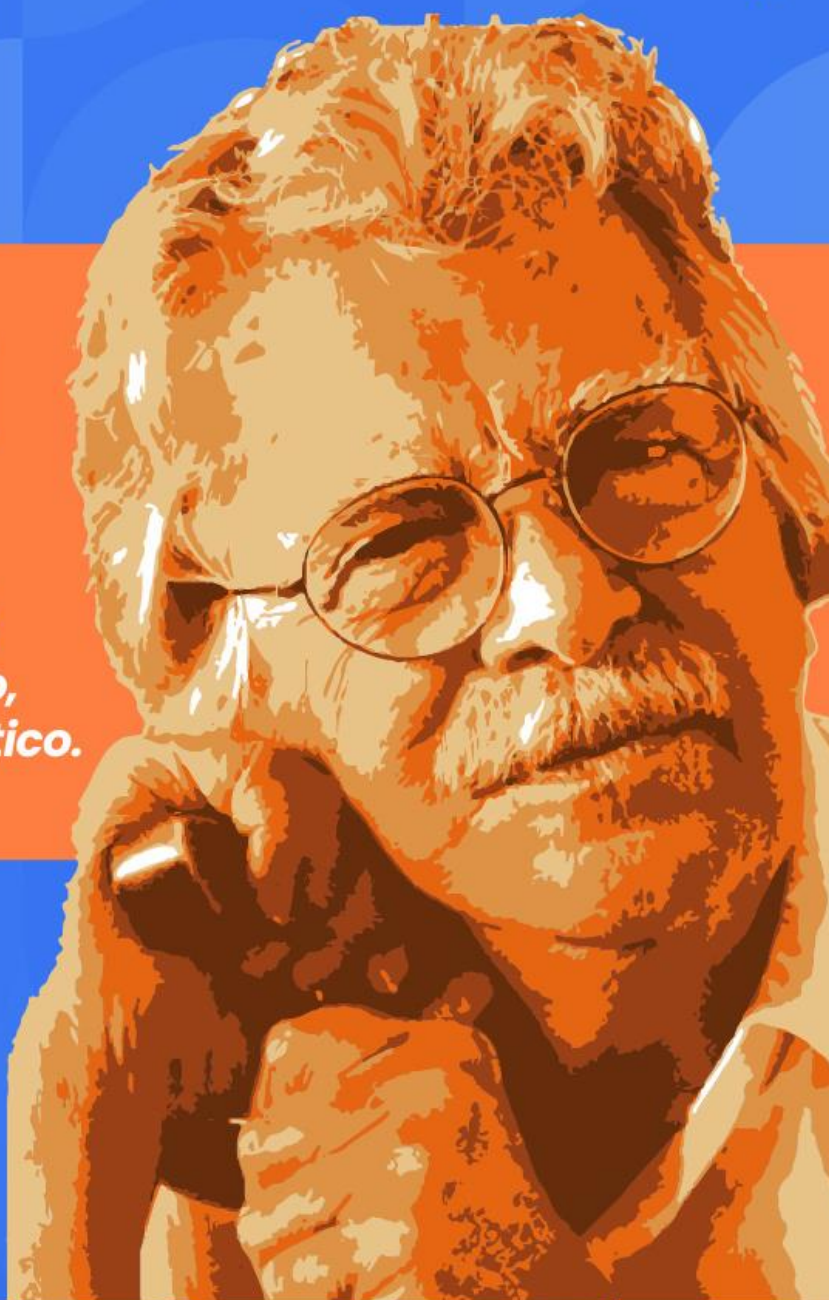
**TEMA CENTRAL**

**A Escola Pública e o Direito à  
Aprendizagem: compromisso,  
(co)responsabilidade e dever ético.**

PREFEITURA  
**JEQUIÉ**  
É trabalho. É vida melhor.



Secretaria de Educação



ZENILDO BRANDÃO SANTANA  
Prefeito

ELVIA SAMPAIO E SAMPAIO  
Secretária Municipal de Educação

MIRIAM OLIVEIRA ROTONDANO  
Diretora de Projeto, Comunicação e Modernização Administrativa

ZAYRA RIBEIRO CAROSO  
Diretora do Departamento Administrativo

JOSUÉ LEITE DOS SANTOS  
Diretor do Departamento Pedagógico

RONALDO SOUZA DA GUARDA  
Coordenador de Transporte Escolar

EVÂNIA MAIA NOGUEIRA  
NÉLIA ROSA BORGES SOUZA  
Coordenadoras Técnicas Pedagógicas do Departamento  
Pedagógico | EDUCAÇÃO INFANTIL

ANGELA SILVIA PEREIRA  
NANDYARA SOUZA SANTOS SAMPAIO  
Coordenadoras Técnicas Pedagógicas do Departamento  
Pedagógico | ENSINO FUNDAMENTAL – *Anos Iniciais*

GLECE APARECIDA LIMA GUIMARÃES SOUZA  
Coordenadoras Técnicas Pedagógicas do Departamento  
Pedagógico | ENSINO FUNDAMENTAL – *Anos Finais*

DORACY RIBEIRO DE CARVALHO  
JOSINÉLIA DOS SANTOS MOREIRA  
Coordenadoras Técnicas Pedagógicas do Departamento  
Pedagógico | EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E  
IDOSAS

SARA EVANGELISTA DA CONCEIÇÃO SOARES  
VANUZA DE SANTANA LAGO  
Coordenadoras Técnicas Pedagógicas do Departamento  
Pedagógico | EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLAUDIA PEREIRA DA SILVA SANTOS  
Coordenadoras Técnicas Pedagógicas do Departamento  
Pedagógico | EDUCAÇÃO DO CAMPO

LUCIANA SOARES XAVIER  
Coordenadoras Técnicas Pedagógicas do Departamento  
Pedagógico | EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E ESCOLAS DE TEMPO  
INTEGRAL

## ESCOLA PÚBLICA E O DIREITO À APRENDIZAGEM compromisso, (co) responsabilidade e dever ético

Este ano a Jornada Pedagógica 2023 homenageia o professor, antropólogo, historiador, sociólogo, escritor e político brasileiro Darcy Ribeiro. Sua trajetória de luta em defesa da educação pública se efetua como grande motivação e fonte de inspiração para iniciarmos mais um ano letivo em nossas escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino de Jequié frente ao desafio da defesa da Escola Pública de qualidade social e da garantia do direito à aprendizagem de todas e todos estudantes, sem discriminação alguma.

Com base nestes retratos, tomamos emprestado o texto do Professor Moacir Gadotti, publicado em 2007, no livro intitulado “**A Escola e o Professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**”<sup>1</sup>, para nos reportar a todas e todos professores (as), profissionais de educação e educadores que compõem as Escolas Públicas do Sistema Municipal de Ensino de Jequié:

*“A escola é o lugar preferencial do professor. Com base na minha leitura de Paulo Freire, gostaria de falar da escola como um lugar especial, um lugar de esperança e de luta.*


*Ja falamos muito mal da escola. Costumamos reclamar dos nossos professores como se fossem os responsáveis por todos os males da humanidade. Mas é na escola que passamos os melhores anos de nossas vidas, quando crianças e jovens. A **escola** é um lugar bonito, um lugar cheio de vida, seja ela uma escola com todas as condições de trabalho, seja ela uma escola onde falta tudo. Mesmo faltando tudo, nela existe o essencial: gente. Professores e alunos, funcionários, diretores. Todos tentando fazer o que lhes parece melhor. Nem sempre eles têm êxito, mas estão sempre tentando. Por isso, precisamos falar mais e melhor de nossas escolas, de nossa educação.*

*A escola é um **espaço de relações**. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo.*

*A escola não só é um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com ou outro,*

---

<sup>1</sup> GADOTTI, Moacir. **A escola como um lugar especial**. In: GADOTTI, M. A escola e o professor : Paulo Freire e a paixão de ensinar / 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007, p.11 – 14.



discutir, fazer política. Deve gerar insatisfação com o já dito, o já sabido, o já estabelecido. Só é harmoniosa a escola autoritária. A escola não é só uma espaço físico. É acima de tudo, um modo de ser, de ver. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve. E, se quiser sobreviver como instituição, precisa buscar o que é específico dela.

A escola não pode mudar tudo e nem mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que a mantém com outras escolas, com a família, **aprendendo em rede** com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população.

Não somos seres determinados, mas como seres inconclusos, inacabados e incompletos, somos seres condicionados. O que aprendemos depende das **condições de aprendizagem**. Somos programados para aprender, mas o que aprendemos depende do tipo de **comunidade de aprendizagem** a que pertencemos. A primeira comunidade de aprendizagem da criança, precisa levar em conta a comunidade não-escolar dos aprendentes. E mais: todos precisamos de **tempo para aprender**, na escola, na família, na cidade.

Quando os pais, mães, ou outros responsáveis, acompanham a vida escolar de seus filhos, aumentam as chances da criança aprender. Os pais precisam também continuar aprendendo. Se qualidade de ensino é aluno aprendendo, é preciso que ele saiba disso: é preciso “combinar” com ele, envolvê-lo como protagonista de qualquer mudança educacional. O fracasso de muitos projetos educacionais será no fato de desconhecer a **participação dos alunos**. O aluno aprende quando o professor aprende; ambos aprendem quando pesquisam. Como diz Paulo Freire, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 1997, p. 32).

Vivemos hoje numa sociedade de **redes** e de **movimentos**, uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chama de “sociedade do aprendente”, na qual as consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral são enormes. Torna-se fundamental **aprender a pensar** autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens,

conhecer as fontes de informação, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes.

Nesse contexto de impregnação da informação, o **professor** é muito mais que um mediador do conhecimento, um problematizador. O aluno precisa construir e reconstruir o conhecimento a partir do que faz. Para isso, o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que-fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um **lecionador** para ser um **organizador** do conhecimento e da aprendizagem. Poderíamos dizer que o professor se tornou um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um **organizador da aprendizagem**. Não há ensino-e-aprendizagem fora da “procura, da boniteza e da alegria”, dizia-nos Paulo Freire. A estética não está separada da ética. E elas se farão presentes quando houver prazer e sentido no conhecimento que construímos. Por isso, precisamos também saber o que, por que, para que estamos aprendendo.

Ninguém nega a importância da Educação Básica para a formação da cidadania e como forma de se preparar para o trabalho. Entretanto, muitos se perguntam para que servem esses anos de estudo. Por isso, saber distinguir o essencial do secundário é muito importante; saber distinguir o estrutural do conjuntural é decisivo. E saber aonde queremos chegar é crucial. Educar para quê? Com que mundo sonhamos? Como educar para um outro mundo possível? A Educação Básica é consequência de um longo processo de compreensão/realização do que é essencial, do que é permanente, e do que é transitório para que um cidadão exerça criticamente a sua cidadania e construa um projeto de vida, considerando as dimensões individual e coletiva, para viver bem em sociedade.

Portanto, ao dar ênfase à temática: “Escola Pública e o Direito à Aprendizagem - compromisso, (co) responsabilidade e dever ético”, inspirada pelas histórias de lutas do Prof. Darcy Ribeiro, queremos reunir o que temos de melhor nas nossas escolas públicas municipais – as pessoas – e coletivamente nos fortalecer enquanto Comunidade de Aprendizagem em Redes Colaborativas na garantia do direito à aprendizagem.

## I - ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A JORNADA PEDAGÓGICA 2023

A Jornada Pedagógica é um momento especial para estabelecer as diretrizes pedagógicas e administrativas das Escolas Públicas do Sistema Municipal de Ensino e fixar o direcionamento institucional e a identificação de estratégias para o ano letivo de 2023 frente aos desafios educacionais atuais em todo o município de Jequié, com o objetivo central de promover o engajamento do corpo diretivo, pedagógico e docente no cumprimento da função social da escola pública e na garantia do direito à aprendizagem de todos (as) estudantes, sem nenhuma distinção ou discriminação. Nessa oportunidade, a comunidade escolar deve trabalhar no Planejamento da Escola e do seu funcionamento com ênfase nas orientações elaboradas (coletivamente com professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares) durante a Pré-Jornada Pedagógica Darcy Ribeiro 2022, embasada pelo Documento Referencial Curricular Municipal de Jequié (DRCMJ) e pelo PPP da Escola.

Essas orientações têm por escopo subsidiar a organização didático-pedagógica, o atendimento educacional especializado e a elaboração do plano de gestão escolar dos (as) professores, coordenadores (as) pedagógicos (as), gestores (as) escolares e demais profissionais da educação vinculados às escolas públicas municipais, bem como fortalecer e desenvolver uma identidade do Sistema Municipal de Ensino, respeitando as especificidades de cada instituição escolar, num contexto tão desafiador como este que estamos vivendo.

Nessa direção, a Jornada Pedagógica, entendida como uma oportunidade de debate, reflexão e definição de ações/projetos/atividades estratégicas que irão guiar o trabalho pedagógico durante o ano letivo, deve ser um espaço privilegiado para os estabelecimentos de ensino público e seus docentes no cumprimento da função social da escola. Em outros termos, respeitadas as normas comuns dos estabelecimentos de ensino e as do Sistema de Ensino Municipal, a equipe diretiva escolar e corpo docente terão a incumbência de: (1) atualizar sua proposta pedagógica; (2) assegurar o cumprimento do Calendário Letivo 2023; (3) promover articulação e mobilização social entre escola, família e comunidade; (4) estabelecer estratégias para a Busca Ativa Escolar; (5) promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, de uso ou dependência de drogas, no âmbito escolar; (6) zelar pelas aprendizagens dos estudantes.

Igualmente, a Jornada Pedagógica deve remeter para os princípios educativos que se desenvolvem por meio da igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso de todos os estudantes, sem nenhuma espécie de discriminação ou distinção, para o pluralismo de ideias e liberdade de aprender, para o respeito e a tolerância, para o padrão de qualidade educacional, para a valorização das aprendizagens que se dão dentro e fora das escolas, para a vinculação entre educação escolar, mundo do trabalho e práticas sociais, para a

valorização das diferenças, diversidade humana, cultural e identitária, para questões das relações etno-raciais e, também, para a recomposição das aprendizagens na escola.

Por isso, todo nosso esforço durante esta Jornada Pedagógica 2023 deve coincidir para o enfrentamento dos desafios apontados pelos docentes durante a Pré Jornada Pedagógica Darcy Ribeiro 2022 para o ano de 2023: analfabetismo; baixa proficiência em leitura, escrita e matemática; competências socioemocionais dos estudantes; evasão escolar; fake news e o uso racional das NTICs; inclusão escolar; indisciplina escolar; integração entre escola, comunidade e família; proteção social à pessoa (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos – *com ou sem deficiência*); violência na escola.

Nesse momento, reiteramos que esses desafios educacionais são de responsabilidade coletiva sendo necessário o envolvimento de todos e todas nesse processo, a fim de que possamos construir uma história de superação e melhoria no âmbito educacional do nosso município. Portanto, a Organização Pedagógica constitui uma ação fundamental que deve nortear a construção, o planejamento e a avaliação contínua do trabalho educativo nas diferentes etapas e modalidades, definindo os princípios e fundamentos a serem considerados pelos diferentes sujeitos na atuação com os estudantes nos diversos espaços da instituição; a estruturação das relações e dimensões do trabalho a ser desenvolvido e em desenvolvimento; a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros; o diálogo com as famílias e com a comunidade, bem como, a coordenação e avaliação do processo das ações desenvolvidas, considerando-se os objetivos e as finalidades educativas específicas na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, Educação Quilombola, Educação do Campo e Educação de Tempo Integral.

**QUADRO I - TEMÁTICAS PARA ORIENTAR O TRABALHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS 2023**

UNIDADES DIDÁTICAS	TEMAS A SEREM TRABALHADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS	ÊNFASE DO TRABALHO ESCOLAR E DOCENTE	DESAFIOS COMUNS A SEREM ENFRENTADOS POR TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS DURANTE O ANO LETIVO 2023
I	Diferença, Inclusão e Equidade	Na inclusão escolar de todas, todos e todes às pessoas, sem distinção ou discriminação, com deficiência ou não.	A superação de práticas escolares padronizadoras por práticas educativas, atividades didáticas e espaços de aprendizagens com acessibilidade à todos e todas, considerando suas singularidades e especificidades, sem distinção ou discriminação.
II	ECA e Direitos Humanos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.	Na formação integral da pessoa e na formação cidadã.	A necessidade do amplo conhecimento sobre o ECA e DH ensejado na implementação de práticas educativas que incluam conteúdos que tratem dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e os reconheçam como sujeitos de direito.
III	Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito	Na vida em sociedade, nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento social	A necessidade do uso racional e responsáveis das NTICs, da construção de conceitos e valores, para o exercício pleno da cidadania, e conscientização em relação ao trânsito e tecnologias digitais, criando valores como companheirismo, cooperação, interatividade, tolerância, comprometimento, sustentabilidade, solidariedade e dever ético.

A seguir, apresentamos algumas **diretrizes e orientações gerais às escolas acerca da Jornada Pedagógica**.

A saber:

1. A **Jornada Pedagógica 2023** acontecerá nos dias 8, 9, 10 e 11 de fevereiro de 2023, das 8h às 18h. A jornada deverá ser realizada de forma presencial e divulgada antecipadamente entre a equipe escolar;
2. A programação para os 4 (quatro) dias de Jornada Pedagógica está dividida diariamente em duas etapas:
  - a) **Etapa da Secretaria Municipal de Educação (SME):** O primeiro dia, 08/02/2023, contará com conferências, mesas temáticas e apresentação cultural visando apresentar o tema central e estabelecer discussões pertinentes ao trabalho pedagógico ao longo do ano letivo, que funcionará como fio condutor do planejamento escolar;
  - b) **Etapa da Escola:** No tempo da escola as atividades ficarão sob a responsabilidade da Equipe Gestora, de modo especial, sob o protagonismo da Coordenação Pedagógica. Acontecerá durante os dias 09, 10 e 11 de fevereiro de 2023. De modo geral, todas as escolas deverão se organizar sob estas recomendações:

DATA	OBJETIVO DO DIA	ATIVIDADES ESSENCIAIS PARA SEREM DESENVOLVIDAS	HORÁRIO
09/02	Estabelecer a organização escolar, o funcionamento e gestão de pessoas	Acolhimento e integração Escolar e Busca Ativa; Estudo temático; Apresentação do Calendário Escolar; distribuição de turmas; Horário de Professores; Plano de Ação da Escola; Agenda de formação de professores (Data/ Tema/ objetivo); Agenda de Reunião de pais e mestre; Leitura da Portaria nº16/2022 que define a organização e funcionamento das Escolas Públicas.	8h às 18h
10/02	Promover o Planejamento Didático-Pedagógico da Escola	Início da Preparação das atividades letivas com leitura do texto base; Elaboração do Plano de Ensino-Aprendizagem do Professor por componente curricular e turma;	8h às 18h
11/02	Organizar e preparar o ambiente escolar para o início das atividades letivas	Preparação da 1ª Semana de Aula; Preparação das Escolas para o início das atividades letivas.	8h às 12h

3. A jornada pedagógica é de responsabilidade de toda a equipe gestora, cabendo a Coordenação Pedagógica da Escola a elaboração das atividades com o apoio dos demais membros da Equipe Gestora. Cabe, também, ao (a) coordenador (a) pedagógico (a) apresentar o **PLANO DE TRABALHO | Planejamento da Jornada Pedagógica Escolar à Gestão Escolar e ao Departamento Pedagógico**



da Secretaria de Educação, até o dia 15/01/2023, a fim de acompanhar e monitorar, através do e-mail: [sme.departamentopedagogico@gmail.com](mailto:sme.departamentopedagogico@gmail.com);

4. O tema central desta Jornada Pedagógica 2023 é **“A Escola Pública e o Direito à Aprendizagem: compromisso, (co)responsabilidade e dever ético”**, cujo objetivo geral é promover junto às escolas públicas municipais a prática reflexiva acerca da função social da escola e de sua importância frente ao combate às desigualdades sociais e à exclusão escolar;
5. Os professores e profissionais que atuam na Educação Especial, de modo especial àqueles que integram o Atendimento Educacional Especializado (AEE), deverão contribuir para a elaboração das estratégias de Inclusão Escolar;
6. Durante a Jornada Pedagógica Escolar é importante que os profissionais da Educação que atuam no AEE apresente suas proposições pedagógicas e estabeleçam junto aos professores regentes, coordenação pedagógica e gestão escolar as linhas de ações da atuação do AEE na escola durante o ano de 2023;
7. É imperativo que cada escola realize um estudo diagnóstico, a partir de seus resultados obtidos no ano de 2022 e apoiado pela reflexão crítica, a fim de estabelecer estratégias de garantia de aprendizagens e superação dos desafios enfrentados pela Unidade Escolar;
8. Na primeira semana de aula, todas as escolas deverão promover ações de acolhimento e integração da Comunidade Escolar, envolvendo estudantes, professores, pais e, na medida do possível, também agentes e educadores da comunidade onde a escola está inserida;
9. É importante também, na primeira semana de aula, que todas as escolas realizem uma ação de escuta sensível sobre as perspectivas e desejos dos estudantes, professores e familiares sobre a Proposta Pedagógica da Escola, e que a posteriori, possa integrar às ações de (re)elaboração do PPP escolar;
10. É recomendado que todas as escolas durante a Jornada Pedagógica faça uma leitura do Documento Referencial Curricular Municipal de Jequié (DRCMJ), a fim de apoiar o Planejamento do professor;
11. Cada escola deverá organizar um PLANEJAMENTO ESCOLAR | Plano de Ação (Cf. Anexo II – Modelo de Planejamento Escolar | **Plano de Ação**) para o ano de 2023, considerando os temas inspiradores e o temas geradores estabelecidos na Pré-Jornada Pedagógica Darcy Ribeiro 2022 e apresentados neste documento (Cf. Anexo I – Plano de Gestão Didático-Pedagógica), a fim de garantir as

aprendizagens dos estudantes e a inclusão escolar, o fluxo escolar, apoiar a formação continuada na escola e gestão participativa;

12. Na elaboração do planejamento escolar, faz-se necessário organizar uma agenda de formação continuada que trabalhe os temas inspiradores para o ano de 2023. Para tanto, cabe a cada escola convidar e promover espaços de estudos, discussão e reflexão das temáticas propostas com o apoio de especialista no tema, convidados pelas escola;
13. A elaboração do Plano de Ensino-Aprendizagem de todos os componentes curriculares devem ser elaborados pelos professores, tomando como referência o Documento Referencial Curricular Municipal de Jequié (DRCMJ) e os conteúdos essenciais apresentados por eles para serem trabalhados em cada etapa e modalidade, ano e componente curricular;
14. É fundamental a elaboração de projetos interdisciplinares, como foco na resolução de problemas reais das escolas, com ênfase nos temas inspiradores e geradores apresentados no Plano de Gestão Didático-Pedagógica. Igualmente, os projetos devem contemplar em seu cronograma atividades da escola, as datas comemorativas culturais e temáticas da região e Aulas em Espaços Alternativos de Aprendizagem no decorrer do ano;
15. É imperativo tratar na Jornada Pedagógica das questões que envolvem o cumprimento do calendário letivo, o funcionamento do horário de funcionamento da escola e das Atividades Complementares (AC) estabelecido pela Portaria nº 16/2022;
16. Toda a escola tem autonomia para aderir a todo e qualquer projeto apresentado pelo Departamento de Projeto, Comunicação e Modernização Administrativa. Para as outras ofertas de qualquer iniciativa que não seja vinculada à SME, faz-se necessário a consulta e o alinhamento com a SME, via Departamento Pedagógico;
17. As proposições contidas neste documento que não forem contempladas na Jornada Pedagógica 2023 deverão ser inseridas no Planejamento Escolar e realizadas ao longo da I Unidade. Assim, vale lembrar que o planejamento escolar não se restringe ao da Jornada Pedagógica. A prática reflexiva acerca dos processos escolares e às práticas educativas das escolas deverão ocorrer durante todo o ano letivo e sempre, que necessário, replanejadas, revistas e reavaliadas, tendo em vista a qualidade da aprendizagem dos (as) estudantes.

Deste ponto, apresentamos uma breve descrição das ações preparatórias para o início do ano letivo que têm que se guiar por um conjunto de proposições que o coletivo dos professores e demais profissionais da educação devem analisar e abordar de acordo com a realidade da sua escola.

## 1. PREPARAÇÃO DAS ATIVIDADES LETIVAS

Cada escola deve planejar o início das aulas com foco nas orientações estabelecidas neste documento e guiadas pelo princípio da organização didática que seja inclusiva, reflexiva e lúdica.

11

**1.1. Apresentação dos Resultados Obtidos em 2022: Índice de aprovação, reprovação e desistência (análise dos dados com gráficos do Diagnóstico Escolar):** A escola deverá fazer uma breve apresentação dos resultados alcançados pela escola nos últimos anos e apresentar aos professores, a fim de mobilizar saberes e fundamentar as críticas acerca do funcionamento das práticas educativas e promover a criação de novas estratégias de aprendizagens.


**1.2. Apresentação das Matrizes Curriculares e dos pressupostos conceituais, didáticos e metodológicos do Documento Curricular Referencial Municipal de Jequié (DCRMJ), que embasam as práticas pedagógicas da educação municipal e seus princípios norteadores:** O Coordenador pedagógico deverá disponibilizar e socializar as principais orientações e conteúdos essenciais contido no DCRMJ para todos os professores.

## 2. DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO E BUSCA ATIVA

É importante que a escola elabore ações coletivas para fortalecer a permanência dos estudantes na escola e para combater a evasão. Além mais, é importante socializar com todos quais os caminhos necessários para efetivar a Busca Ativa, a criação de medidas e recursos escolares de conscientização, prevenção e enfrentamento de infrequência, abandono e evasão escolar. Ou, apoio do Conselho Tutelar.

## 3. ESTUDO TEMÁTICO

Durante a Jornada Pedagógica cada escola deverá convidar um especialista, conforme lhe aprover, para tratar de um tema vinculado à temática geral da jornada escolar e/ou aos temas inspiradores em rede – SME. Também, faz-se necessário que cada escola organize no início de cada unidade didática um estudo com a



participação de um convidado especializado na área para discutir os temas indicados no Plano de Gestão Didático-Pedagógica.

#### 4. PLANEJAMENTO DA ESCOLA | Plano de Ação

Todo (a) gestor (a) escolar deve elaborar juntamente com sua equipe um Plano de Ação que apresente as principais estratégias de enfrentamento aos desafios da Unidade Escolar e relacione ações ou atividades que realizarão ao longo do ano letivo.

12

**4.1. Estratégias para promoção da Inclusão Escolar:** É importante que cada escola elabore estratégias para promover a inclusão escolar (Projetos, ações ou atividades), para cada unidade letiva.

**4.2. Estratégias para (re)elaboração do PPP Escolar:** Na primeira semana de aula e também ao longo do primeiro semestre faz-se necessário a elaboração de ações que contribuam para a (re)elaboração do PPP Escolar;

**4.3. Uso de NTICs nas Práticas Educativas:** Toda escola deverá garantir o uso de tecnologias digitais em suas práticas educativas e deverá prever atividades que fortaleçam as práticas didáticas com foco na utilização de recursos digitais de ensino.

**4.4. Atividades extra-classe | Espaços Alternativos de Aprendizagem:** É importante que cada escola realize ao longo de cada unidade letiva, ao menos, uma atividade fora da escola, que contemple a cidade e seus territórios como campo e espaço propício a outras aprendizagens de conhecimentos e saberes.

**4.5. Intercâmbio Escolar:** Recomendamos que as escolas realizem ao longo do ano algumas atividades de interações e intercâmbio entre as escolas do município, a fim de fortalecer e promover as ações do saber conviver e saber ser.

**4.6. Acolhimento e Integração Escolar | Primeira Semana de Aula:** Orientamos que a primeira semana de aula seja de atividades interdisciplinares, com foco no desenvolvimento de competências socioemocionais, no saber conviver, na formação integral do ser e da cidadania. Além de realizar levantamento de expectativas e propostas pedagógicas - *da escola que temos para a escola que queremos.*

## 5. CALENDÁRIO ESCOLAR

Recomendamos que todas as escolas disponibilize uma cópia do Calendário Escolar para toda equipe escolar e que todos e todas tenham acesso através de murais, e-mails e grupos de whatsapp e, quando puder, impresso.

## 6. REUNIÃO DE PAIS E MESTRES

É importante que cada escola elabore ainda na Jornada Pedagógica uma Agenda Anual de Reuniões de Pais e Mestres e socialize com as famílias na primeira semana de aula. Além de promover na semana de integração escolar a participação da família.

## 7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

É recomendando a leitura da Portaria nº 16/2022 e o estabelecimento das Atividades Complementares em conformidade com a base legal que fixa a Coordenação Pedagógica de forma unificada em dias e horários para todas as Unidades Escolares Públicas que integram o Sistema Municipal de Ensino de Jequié.

## 8. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Recomendamos a elaboração de uma Agenda Anual de formação continuada de professores, promovida dentro das Acs das Escolas com profissionais convidados, ao menos uma vez por mês, para tratar dos temas e desafios enfrentados pela escola e planejado de forma coletiva.

## 9. HORÁRIO DE PROFESSORES E SALA DE AEE

Durante a Jornada Pedagógica todos os horários de funcionamento das atividades da escola devem ser socializados com todos e todas. Também, devem ser fixados no mural na entrada das escolas os horários de aula, de atendimento do AEE e da escola para que seja de conhecimento de toda a comunidade em geral.

## 10. PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS PROFESSORES

É obrigatório a elaboração do Plano de Ensino-Aprendizagem, por componente curricular, de todos os professores. Cabendo aos gestores escolares e coordenadores, durante a Jornada Pedagógica, reservar tempo e espaço para a realização desta atividade. Cada escola pode promover sua dinâmica em especial, de forma que atenda o cumprimento exitoso desta tarefa.



## PLANO DE GESTÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ | 2023

ETAPA/ MODALIDADE	I UNIDADE		II UNIDADE		III UNIDADE		CULMINÂNCIA
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b> (Escolas Urbanas)	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Reconhecimento da Identidade, Inclusão da família e Identificação das fases do desenvolvimento das crianças	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Proteção social, moradia e alimentação	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Acesso as tecnologias digitais: conexão, equipamentos e qualidade de conectividade	<b>I UNIDADE</b> <b>Data:</b> 26/05/2023 <b>Metodologia:</b> Feira de Saberes com parcerias das famílias.
	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Diferença, Inclusão e Equidade	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	ECA e Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito	<b>II UNIDADE</b> <b>Data:</b> 15/09/2023 <b>Metodologia:</b> Atividade em ar livre em Espaço Alternativo de Aprendizagem
	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Identidade e Equidade para o desenvolvimento infantil e aprendizagens	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Garantia do direito de ser	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Trânsito e Cidadania: uso de tecnologias para as aprendizagens	<b>III UNIDADE</b> <b>Data:</b> 28/12/2023 <b>Metodologia:</b> Mostra do Cotidiano (na escola)
	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na inclusão Escolar de todos, todas e todes às pessoas, sem distinção, com deficiência ou não.	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na Formação Integral da Pessoa e na Formação Cidadã	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na vida em sociedade, nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento social	
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b> ANOS INICIAIS (1º ao 5º ANO) (Escolas Urbanas)	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Valorização das diferenças e o direito de ser diferente	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Falta de parceria com as famílias, analfabetismo e violência escolar	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Pensamento crítico sobre política e uso das tecnologias, conscientização no trânsito	<b>I UNIDADE</b> <b>Data:</b> 26/05/2023 <b>Metodologia:</b> Exposição Didática na Escola, com participação da família e comunidade do entorno
	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Diferença, Inclusão e Equidade	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	ECA e Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito	<b>II UNIDADE</b> <b>Data:</b> 15/09/2023 <b>Metodologia:</b> Atividade em Espaço Alternativo de Aprendizagem
	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Ser diferente é normal: me inclua com respeito	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Sou criança e adolescente, tenho direito e deveres	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Uso das tecnologias no exercício da cidadania, com ênfase na Educação para o Trânsito	<b>III UNIDADE</b> <b>Data:</b> 28/12/2023 <b>Metodologia:</b> Feira de Conhecimentos e Saberes
	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na inclusão Escolar de todos, todas e todes às pessoas, sem distinção, com deficiência ou não.	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na Formação Integral da Pessoa e na Formação Cidadã	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na vida em sociedade, nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento social	



## PLANO DE GESTÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ | 2023

ETAPA/ MODALIDADE	I UNIDADE		II UNIDADE		III UNIDADE		CULMINÂNCIA
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b> ANOS FINAIS (6º ao 9º ANO) (Escolas Urbanas)	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Afetividade, inclusão na sala de aula e acolhimento da família na escola	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Violência escolar, articulação da rede de proteção à criança, adolescente e jovem.	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Meio ambiente, família e inclusão dos estudantes com deficiência e sem deficiência	<b>I UNIDADE</b> <b>Data:</b> 26/05/2023 <b>Metodologia:</b> Feira de Saberes na Escola  <b>II UNIDADE</b> <b>Data:</b> 15/09/2023 <b>Metodologia:</b> Festival Cultural  <b>III UNIDADE</b> <b>Data:</b> 28/12/2023 <b>Metodologia:</b> Intercâmbio Escolar
	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Diferença, Inclusão e Equidade	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	ECA e Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito	
	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Escola Pública: espaço de inclusão	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Trabalho infantil, formação cidadã e direitos fundamentais da crianças e adolescentes, a luz do ECA e dos Direitos Humanos	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Uso das tecnologias na sala de aula: vilão ou aliado?	
	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na inclusão Escolar de todos, todas e todes às pessoas, sem distinção, com deficiência ou não.	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na Formação Integral da Pessoa e na Formação Cidadã	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na vida em sociedade, nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento social	
<b>EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS</b> (Escolas Urbanas)	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Conscientização, empatia e oportunidades	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Socialização familiar no ambiente escolar, acesso as políticas públicas e conhecimentos dos estatutos, violência escolar	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Uso adequado das tecnologias, respeito e oportunidades	<b>I UNIDADE</b> <b>Data:</b> 26/05/2023 <b>Metodologia:</b> Salas Ambientes  <b>II UNIDADE</b> <b>Data:</b> 15/09/2023 <b>Metodologia:</b> Mostra Teatral  <b>III UNIDADE</b> <b>Data:</b> 28/12/2023 <b>Metodologia:</b> Feira de Saberes e Conhecimentos
	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Diferença, Inclusão e Equidade	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	ECA e Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito	
	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Eu e o outro: respeito e igualdade	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Conflitos de Geração	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Trabalho, oportunidades e acessibilidade	
	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na inclusão Escolar de todos, todas e todes às pessoas, sem distinção, com deficiência ou não.	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na Formação Integral da Pessoa e na Formação Cidadã	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na vida em sociedade, nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento social	





## PLANO DE GESTÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ | 2023

ETAPA/ MODALIDADE	I UNIDADE		II UNIDADE		III UNIDADE		CULMINÂNCIA
<b>EDUCAÇÃO QUILOMBOLA</b> (Escolas do Quilombo Urbano Barro Preto)	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Relação família e escola, violência escolar	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Violência escolar, evasão escolar, higiene e saúde	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Menores condutores e violência no trânsito, educação preventiva e mal uso das tecnologias digitais.	<b>I UNIDADE</b> <b>Data:</b> 26/05/2023 <b>Metodologia:</b> Exposição didático-pedagógica
	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Diferença, Inclusão e Equidade	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	ECA e Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito	<b>II UNIDADE</b> <b>Data:</b> 15/09/2023 <b>Metodologia:</b> Feira de Conhecimentos e Saberes
	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Pertencimento Quilombola	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Direitos sociais da Comunidade Quilombola do Barro Preto	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Comunidade! Responsabilidade todos nas práticas sustentáveis e Cultura de Paz	<b>III UNIDADE</b> <b>Data:</b> 28/12/2023 <b>Metodologia:</b> Intercâmbio Escolar (integração escolar)
	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na inclusão Escolar de todos, todas e todes às pessoas, sem distinção, com deficiência ou não.	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na Formação Integral da Pessoa e na Formação Cidadã	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na vida em sociedade, nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento social	
<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO</b> (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas)	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Respeito, integração e inclusão da diversidade	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Drogas, integração da família e evasão escolar	<b>Desafios a serem superados nesta Unidade Didática:</b>	Violência escolar, valorização do território, conectividade e acessibilidade às tecnologias digitais	<b>I UNIDADE</b> <b>Data:</b> 26/05/2023 <b>Metodologia:</b> Intercambio Escolar com jogos estudantis
	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Diferença, Inclusão e Equidade	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	ECA e Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos	<b>Eixo Temático Inspirador – SME:</b>	Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito	<b>II UNIDADE</b> <b>Data:</b> 15/09/2023 <b>Metodologia:</b> Feira de Conhecimentos e saberes
	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Ser equânime para respeitar a diversidade	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Construindo pontes entre escola, família e comunidade	<b>Tema Gerador estabelecido para a etapa/modalidade:</b>	Cidadão local, porém global	<b>III UNIDADE</b> <b>Data:</b> 28/12/2023 <b>Metodologia:</b> Gincana Literária
	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na inclusão Escolar de todos, todas e todes às pessoas, sem distinção, com deficiência ou não.	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na Formação Integral da Pessoa e na Formação Cidadã	<b>Ênfase didático-pedagógico:</b>	Na vida em sociedade, nas práticas sustentáveis e no desenvolvimento social	



## PLANO DE GESTÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ | 2023

### Outras orientações:

Para o ano de 2023 além dos desafios apontados pelos professores durante a Pré-Jornada 2022 Darcy Ribeiro, acima descrito, vamos dá ênfase também aos desafios que se seguem:

- a) Educação Infantil: a falta de letramentos na *Pré-Escola* e a necessidade de contribuir para a alfabetização na idade certa no I ciclo de formação humana, onde o principal objetivo é o processo de alfabetização;
- b) Ensino Fundamental – anos iniciais: combater o analfabetismo e o analfabetismo funcional. Ampliar os níveis de proficiências em Português, Matemática e Ciências;
- c) Ensino Fundamental – anos finais: combater o analfabetismo absoluto e funcional. Ampliar as condições de aprendizagens e letramentos na escola. Combater o uso de drogas e a violência escolar;
- d) EPJAI: garantir ao final dos tempos formativos a alfabetização e o aumento dos níveis de proficiência. Combater a evasão escolar e estabelecer vinculação das práticas educativas com o Mundo do Trabalho e às práticas sociais;
- e) Educação do Campo: valorizar a vida no campo e o sentimento de pertencimento. Além de ampliar as condições de acesso às tecnologias digitais no campo;
- f) Educação Quilombola: fixar práticas educativas que garanta a valorização da população quilombola. Ampliar o conhecimento acerca da importância da Educação Quilombolar e construir uma proposta didático-pedagógica que assegure o direito à aprendizagem da comunidade do Barro Preto.



## PLANO DE GESTÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ | 2023

### OPORTUNIDADE EDUCATIVAS DISPONIBILIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE PROJETO, COMUNICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE DIDÁTICA	EIXO TEMÁTICO INSPIRADOR - SME	PROJETOS E PROGRAMAS QUE PODEM FORTALECER AS PRÁTICAS EDUCATIVAS
I UNIDADE	<b>Diferença, Inclusão e Equidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Um por todos e todos por Um</li><li>• Pela Ética e Cidadania/CGU e Maurício de Souza;</li><li>• Projeto de extensão “ Educação para prevenção: uma questão de saúde sexual e reprodutiva;</li><li>• Projeto Roda de leitura nas escolas;</li><li>• Projeto pela paz nas escolas da sede e distrito;</li><li>• Programa Busca Ativa;</li><li>• Projeto Primeira Infância,</li><li>• Nuca (Núcleo da Cidadania);</li><li>• Projeto São João;</li><li>• Prefeito Por um dia;</li></ul>
II UNIDADE	<b>ECA e Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ação de Enfrentamento ao Racismo Nossa Querida Bia;</li><li>• Programa de Prevenção às drogas e a violência;</li><li>• Projeto Livro na cesta;</li><li>• Pojeto Caravana Cultural;</li><li>• Programa Educação e Família;</li></ul>



## PLANO DE GESTÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ | 2023

		<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa segundo tempo,</li><li>• Projeto MPT – Resgate a infância;</li><li>• Projeto Som, Arte e Sol;</li><li>• Projeto Transição 9º ano para o 1º do Ensino Médio;</li><li>• Projeto ler é bom;</li><li>• Projeto contação de Histórias;</li><li>• Educação e Família;</li><li>• Monitoramento Plano Municipal da Primeira Infância;</li><li>• Programa Primeira Infância na Escola</li><li>• Programa Tempo de Aprender</li></ul>
<b>III UNIDADE</b>	<b>Cidadania, Tecnologias e Educação no Trânsito</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Brasil na Escola;</li><li>• Educação Empreendedora;</li><li>• Programa Despertar;</li><li>• Projeto Festa Literária no Sertão de Jequié - FELISQUIÉ;</li><li>• Projeto trilha do sol;</li><li>• Projeto Tempo de Aprender;</li><li>• Projeto Educação para o Trânsito;</li><li>• Projeto samuzinho;</li><li>• Projeto jogos internos;</li><li>• Projeto de esportes (Complexos esportivo/CJCC);</li><li>• Olimpíadas Estudantis de Jequié;</li><li>• Programa Jequié do Futuro</li></ul>



UNIDADE ESCOLAR:	
Gestor (a) Escolar:	Coordenador (a) Pedagógico (a):
Vice-gestor(a):	Professores (as):

## PLANO DE TRABALHO | Planejamento da Jornada Pedagógica 2023

### 1. OBJETIVO DA JORNADA PEDAGÓGICA ESCOLAR

### 2. ESTUDO TEMÁTICO

2.1. Tema (s):

2.2. Palestrante (s):

2.2.1. *Mini-curriculo do (a) Palestrante:*

2.2.2. *Data, local e duração da Palestra:*

### 3. PROGRAMAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA ESCOLAR



## Programação

**1º dia – 09 de fevereiro de 2023**

8h às 9h –

9h às 10h -

**2º dia – 10 de fevereiro de 2023:**

8h às 9h –

9h às 10h -

**3º dia – 10 de fevereiro:**

8h às 9h –

9h às 10h -

### 4. PÚBLICO PARTICIPANTE

### 5. RECURSOS UTILIZADOS

### 6. OBSERVAÇÃO



UNIDADE ESCOLAR:

ETAPA/ MODALIDADE/ ANO:

TURMA/ TURNO:

COMPONENTE CURRICULAR:

PROFESSOR (A):

## PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

CONTEUDOS PROGRAMÁTICOS (SABERES E OBJETOS DE CONHECIMENTOS) A SEREM TRABALHADAS DURANTE O ANO LETIVO

### OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR

**Objetivo Geral:**

**Objetivos Específicos por Unidades Letivas:**

A) I Unidade:

B) II Unidade:

C) III Unidade:



HABILIDADES E COMPETÊNCIAS A SEREM TRABALHADAS DURANTE O ANO LETIVO

A) I Unidade:

B) II Unidade:

C) III Unidade:

DISTRIBUIÇÃO DOS SABERES E OBJETOS DE CONHECIMENTOS POR UNIDADE

A) I Unidade

Unidade Temática:

Conteúdo Programático (Saberes e Objetos de conhecimentos):

B) II Unidade

Unidade Temática:

Conteúdo Programático (Saberes e Objetos de conhecimentos):

C) III Unidade

Unidade Temática:

Conteúdo Programático (Saberes e Objetos de conhecimentos):

PREVISTOS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

PROJETOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

PRINCÍPIOS AVALIATIVOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM





### CALENDÁRIO ESCOLAR UNIFICADO 2023

FEVEREIRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12

9 dias letivo | 13/02 - Início da I Unidade

MARÇO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9

23 dias letivos

ABRIL 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
1	2	3	4	5	6	7

17 dias letivos

MAIO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11

22 dias letivos | 29/05 - Início da II Unidade

JUNHO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	1	2
3	4	5	6	7	8	9

10 dias letivos

JULHO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31	1	2	3	4	5	6

20 dias letivos

AGOSTO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10

23 dias letivos

SETEMBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	1
2	3	4	5	6	7	8

19 dias letivos | 18/09 - Início da III Unidade

OUTUBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	1	2	3	4	5

19 dias letivos

NOVEMBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10

19 dias letivos

DEZEMBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31
1	2	3	4	5	6	7

19 dias letivos

JANEIRO 2024						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8*	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11

\*8/01/2024 - início das férias coletivas de professores

## 1. LEGENDA:

- Jornada Pedagógica 2023;
- Início do Ano Letivo 2023;
- Dias Letivos;
- Feriados Nacionais, Estaduais e/ou Municipais;
- Período de Carnaval 2023;
- Recesso Junino 2023;
- Encerramento do Ano Letivo 2023;
- Estudos de Recuperação das Aprendizagens;
- Conselho de Classe;
- Resultado Final

## 2. DISTRIBUIÇÃO DOS DIAS LETIVOS NAS UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE DIDÁTICA	PERÍODO	DIAS LETIVOS
I Unidade	13/02/2023 a 26/05/2023	68 dias
II Unidade	29/05/2023 a 15/09/2023	65 dias
III Unidade	18/09/2023 a 28/12/2023	67 dias
Total de Dias Letivos		200 Dias Letivos

## 3. DISTRIBUIÇÃO DOS DIAS LETIVOS NOS MESES DO ANO

MÊS	NÚMERO DE DIAS LETIVOS	MÊS	NÚMERO DE DIAS LETIVOS
Fevereiro	9 dias	Agosto	23 dias
Março	23 dias	Setembro	19 dias
Abril	17 dias	Outubro	19 dias
Mai	22 dias	Novembro	19 dias
Junho	10 dias	Dezembro	19 dias
Julho	20 dias	Total: 200 Dias Letivos	

## 4. CALENDÁRIO ESCOLAR 2023:

ATIVIDADE	DATA
Jornada Pedagógica Unificada (em Rede) 2023	08 e 09/02/2023
Jornada Pedagógica nas Escolas 2023	10/02/2023 a 11/02/2023
Início das Aulas (e/ou do Ano Letivo) 2023	13/02/2023
Recesso de Carnaval	18/02/2023 a 22/02/2023
Recesso de Semana Santa	06/04/2023 a 09/04/2023
Recesso Junino 2023	19/06/2023 a 03/07/2023
Resultados Parciais do Rendimento Escolar da I Unidade	26/05/2023
Fechamento do Diário de Classe e lançamento de notas no Sistema Sábio, referente a I Unidade	29/05/2023 a 16/06/2023
Resultados Parciais do Rendimento Escolar da II Unidade	15/09/2023
Fechamento do Diário de Classe e lançamento de notas no Sistema Sábio, referente a II Unidade	18/09/2023 a 06/10/2023
Fechamento do Diário de Classe e lançamento de notas no Sistema Sábio, referente a III Unidade	26/12/2023 a 05/01/2024
Estudos de Recuperação e Avaliação Final	29/12/2023 a 03/01/2024
Conselho de Classe Final	04/01/2024
Entrega das Atas e Resultados Finais do Rendimento Escolar	05/01/2024
Férias Coletivas de Professores	08/01/2024 a 07/02/2024

## 5. FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS:

DATA	DIA DA SEMANA	FERIADO
01/01/2023	Domingo	Confraternização Universal
21/02/2023	Terça-feira	Carnaval
07/04/2023	Sexta-feira	Paixão de Cristo
21/04/2023	Sexta-feira	Tiradentes
01/05/2023	Segunda-feira	Dia do Trabalho

13/06/2023	Terça-feira	Dia do Padroeiro da Cidade
08/06/2023	Quinta-feira	Corpus Christi
02/07/2023	Domingo	Independência da Bahia
20/08/2023	Domingo	Dia do Evangélico
07/09/2023	Quinta-feira	Independência do Brasil
12/10/2023	Quinta-feira	Nossa Sr <sup>a</sup> . Aparecida – Padroeira do Brasil/ Dia das Crianças
15/10/2023	Domingo	Dia do Professor
25/10/2023	Quarta-feira	Aniversário de Emancipação Política de Jequié
28/10/2023	Sábado	Dia do Servidor Público
2/11/2023	Quinta-feira	Finados
15/11/2023	Quarta-feira	Proclamação da República
25/12/2023	Segunda-feira	Natal



**CALENDÁRIO ESCOLAR ESPECIAL 2023 - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALAOR COUTINHO**

FEVEREIRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12

5 dias letivo | 23/02 - Início da I Unidade

MARÇO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9

24 dias letivos

ABRIL 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
1	2	3	4	5	6	7

18 dias letivos

MAIO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11

23 dias letivos | 29/05 - Início da II Unidade

JUNHO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	1	2
3	4	5	6	7	8	9

11 dias letivos

JULHO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31	1	2	3	4	5	6

20 dias letivos

AGOSTO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10

23 dias letivos

SETEMBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	1
2	3	4	5	6	7	8

19 dias letivos | 18/09 - Início da III Unidade

OUTUBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	1	2	3	4	5

19 dias letivos

NOVEMBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10

19 dias letivos

DEZEMBRO 2023						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31
1	2	3	4	5	6	7

19 dias letivos

JANEIRO 2024						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11

## 1. LEGENDA:

- Jornada Pedagógica Escolar 2023;
- Início do Ano Letivo 2023;
- Dias Letivos;
- Feriados Nacionais, Estaduais e/ou Municipais;
- Período de Carnaval 2023;
- Recesso Junino 2023;
- Encerramento do Ano Letivo 2023;
- Elaboração de Pareceres Finais e Fechamento de Diário de Classe
- Conselho de Classe;
- Resultado Final

## 2. DISTRIBUIÇÃO DOS DIAS LETIVOS NAS UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE DIDÁTICA	PERÍODO	DIAS LETIVOS
I Unidade	27/02/2023 a 26/05/2023	67 dias
II Unidade	29/05/2023 a 15/09/2023	66 dias
III Unidade	18/09/2023 a 28/12/2023	67 dias
<b>Total de Dias Letivos</b>		<b>200 Dias Letivos</b>

## 3. DISTRIBUIÇÃO DOS DIAS LETIVOS NOS MESES DO ANO

MÊS	NÚMERO DE DIAS LETIVOS	MÊS	NÚMERO DE DIAS LETIVOS
Fevereiro	5 dias	Agosto	23 dias
Março	24 dias	Setembro	19 dias
Abril	18 dias	Outubro	19 dias
Mai	23 dias	Novembro	19 dias
Junho	11 dias	Dezembro	19 dias
Julho	20 dias	<b>Total: 200 Dias Letivos</b>	

## 4. DIAS LETIVOS AOS SÁBADOS

MÊS	NÚMERO DE DIAS LETIVOS AOS SÁBADOS	MÊS	NÚMERO DE DIAS LETIVOS AOS SÁBADOS
Fevereiro	01	Agosto	00
Março	01	Setembro	00
Abril	01	Outubro	00
Mai	01	Novembro	00
Junho	01	Dezembro	00
Julho	00	<b>Total: 5 Dias Letivos aos Sábados</b>	

## 5. CALENDÁRIO ESCOLAR 2023:

ATIVIDADE	DATA
Jornada Pedagógica Escolar 2023	15/02/2023 a 17/02/2023
Início das Aulas (e/ou do Ano Letivo) 2023	23/02/2023
Recesso de Carnaval	18/02/2023 a 22/02/2023
Recesso de Semana Santa	06/04/2023 a 09/04/2023
Recesso Junino 2023	19/06/2023 a 03/07/2023
Resultados Parciais do Rendimento Escolar da I Unidade	26/05/2023
Fechamento do Diário de Classe e lançamento de notas no Sistema Sábio, referente a I Unidade	29/05/2023 a 16/06/2023
Resultados Parciais do Rendimento Escolar da II Unidade	15/09/2023
Fechamento do Diário de Classe e lançamento de notas no Sistema Sábio, referente a II Unidade	18/09/2023 a 06/10/2023
Elaboração de Pareceres Finais e Fechamento de Diário de Classe	29/12/2023 a 03/01/2024
Conselho de Classe Final	04/01/2024
Entrega das Atas e Resultados Finais do Rendimento Escolar	05/01/2024
Férias Coletivas de Professores	08/01/2024 a 07/02/2024

**6. FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS:**

DATA	DIA DA SEMANA	FERIADO
01/01/2023	Domingo	Confraternização Universal
21/02/2023	Terça-feira	Carnaval
07/04/2023	Sexta-feira	Paixão de Cristo
21/04/2023	Sexta-feira	Tiradentes
01/05/2023	Segunda-feira	Dia do Trabalho
13/06/2023	Terça-feira	Dia do Padroeiro da Cidade
08/06/2023	Quinta-feira	Corpus Christi
02/07/2023	Domingo	Independência da Bahia
20/08/2023	Domingo	Dia do Evangélico
07/09/2023	Quinta-feira	Independência do Brasil
12/10/2023	Quinta-feira	Nossa Sr <sup>a</sup> Aparecida – Padroeira do Brasil/ Dia das Crianças
15/10/2023	Domingo	Dia do Professor
25/10/2023	Quarta-feira	Aniversário de Emancipação Política de Jequié
28/10/2023	Sábado	Dia do Servidor Público
2/11/2023	Quinta-feira	Finados
15/11/2023	Quarta-feira	Proclamação da República
25/12/2023	Segunda-feira	Natal

# Prefeitura Municipal de Jequié

Portaria



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## PORTARIA Nº 16 DE 19 DE ABRIL DE 2022

Define as orientações para a organização e funcionamento das escolas públicas e conveniadas do Sistema Municipal de Ensino de Jequié – BA, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JEQUIÉ-BA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de estabelecer normas para orientar a organização e funcionamento das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Jequié - BA, no ano de 2022,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Após a realização da matrícula e o início do ano letivo, compete aos gestores escolares, vice-gestores, coordenadores pedagógicos e secretários escolares, a responsabilidade de organizar o funcionamento das unidades escolares para o ano de 2022, em consonância com esta Portaria.

**Art. 2º** As classes de Educação Infantil serão organizadas, observando a idade das crianças de acordo com os seguintes agrupamentos:

*I. Creche*

- a) 0 a 1 ano e 11 meses;
- b) 02 anos a 03 anos e 11 meses.

*II. Pré-Escola*

- a) 04 anos completos ou a completar até 31 de março de 2022;
- b) 05 anos completos ou a completar até 31 de março de 2022.

*Parágrafo único.* Excepcionalmente poderá ocorrer agrupamentos múltiplos em classes de Educação Infantil, localizadas em escolas do campo, a partir de 2 anos completos. Nas escolas da sede do município, somente em classes de 4 e 5 anos (Pré-escola).

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

**Art. 3º** A organização das turmas em classes do Ensino Fundamental - anos iniciais obedecerá aos seguintes agrupamentos:

- I. 06 anos completos ou a completar em 31 de março de 2022 - 1º ano do Ensino Fundamental;
- II. 07 anos - 2º ano do Ensino Fundamental;
- III. 08 anos - 3º ano do Ensino Fundamental;
- IV. 09 anos - 4º ano do Ensino Fundamental;
- V. 10 anos - 5º ano do Ensino Fundamental.

*Parágrafo único:* Os estudantes com deficiência, ingressantes nas escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino, serão enturcados em classes correspondentes à idade.

**Art. 4º** Os estudantes do Ensino Fundamental, na faixa etária de 15 a 17 anos completos, serão enturcados em classes de Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI<sup>1</sup>) diurno, observando o que dispõe a Resolução da CNE/CEB nº 03/2010.

**§1º** A matrícula de estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos, no turno noturno, dependerá de autorização dos responsáveis, com a devida justificativa.

**§ 2º** O estudante na faixa etária de 15 a 17 anos poderá ser matriculado em classe comum, desde que seja nos dois últimos anos do Ensino Fundamental.

**§ 3º** Estudante, acima de 18 anos, trabalhador noturno ou em outras situações que dificultem a sua frequência em classe de EPJAI noturna, também poderá ser acolhido em turma de EPJAI-Juvenil.

**Art. 5º** O número mínimo de professor para atender os grupos ou turmas de crianças na Educação Infantil deverá obedecer aos seguintes indicadores<sup>2</sup>:

- I. Criança na faixa etária de 0 a 01 (um) ano e 11 (onze) meses - um professor para cada grupo de 8 (oito) crianças;
- II. Criança na faixa etária de 2 (dois) anos a 3 anos e 11 (onze) meses, um professor para atender a cada grupo de 15 (quinze) crianças;
- III. Criança na faixa etária de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses um professor para atender a cada grupo de 20 (vinte) crianças.

**Art. 6º** A enturmação dos estudantes nas instituições públicas municipais obedecerá ao seguinte quantitativo:

<sup>1</sup> Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas – Parecer/CME/JEQ nº 02/2022.

<sup>2</sup> MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, 2013.



# Prefeitura Municipal de Jequié

- I. As classes de crianças na faixa etária de 06 a 08 anos - Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Ciclo de Formação I) serão constituídas do mínimo de 20 e no máximo 25 estudantes;
- II. As classes de crianças na faixa etária de 09 a 10 anos – Ensino Fundamental -Anos Iniciais (Ciclo de Formação II) serão constituídas de 25 estudantes, no mínimo e 30 estudantes, no máximo;
- III. As classes de estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, na faixa etária de 11 a 14 anos - mínimo de 30, máximo de 35 estudantes;
- IV. As classes de estudantes de classes multianos<sup>3</sup> do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Ciclo de Formação I e II), situadas em escolas do campo, na faixa etária de 06 a 10 anos - mínimo de 15 estudantes;
- V. As classes das escolas do campo, de estudantes de classes multianos, Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Ciclo de Formação I e II), situadas em local de difícil acesso - mínimo de 10 estudantes;
- VI. As classes das escolas do campo, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais serão constituídas de no mínimo 15 e no máximo 20 estudantes;
- VII. As classes de estudantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais na faixa etária de 15 a 17 anos (EPJAI-Juvenil – Segmento I e II), serão constituídas de no mínimo de 20 e no máximo de 25 estudantes;
- VIII. Estudantes de Classes de EPJAI (Segmentos I e II) acima de 18 anos - mínimo de 25, máximo de 35 estudantes.

§ 1º O limite máximo de estudante por turma, definido nos incisos de I a VII, deve ser alterado pela direção da escola, para atender à solicitação de matrícula de famílias residentes na localidade, desde que não haja outra unidade escolar na comunidade ou em locais próximos, para atender o nível de escolaridade do estudante, em cumprimento ao artigo 4º inciso X, da Lei nº 11.700/2008.

§ 2º Quando o número de estudantes da escola do campo for inferior ao que dispõem os incisos IV, V e VI, deverão ser conduzidos à unidade escolar mais próxima, com a garantia do transporte escolar.

§ 3º As classes do campo com estudantes matriculados acima de 15 anos, dos turnos diurno ou noturno, serão organizadas como turmas de EPJAI com Programa Pedagógico definido para essa modalidade de ensino, podendo funcionar com agrupamentos diferenciados.

**Art. 7º** É de responsabilidade do (a) gestor (a) escolar, do (a) coordenador (a) pedagógico (a) e do corpo docente da unidade escolar fazer cumprir o Calendário Escolar definido para o ano letivo de 2022, com 200 dias letivos, de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado para estudos de recuperação final.

<sup>3</sup> Nomenclatura aprovada pelo Parecer/CME/JEQ nº 02/2022

# Prefeitura Municipal de Jequié

§ 1º Os sábados letivos definidos no Calendário Escolar (Cf. Tabela 1, abaixo) serão cumpridos com o estudante de todas as etapas e modalidades de ensino: Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), EPJAI, Educação Escolar Quilombola e Escolas de Tempo Integral, em atividades educativas de ensino previstas no planejamento pedagógico da unidade escolar.

TABELA 1: SÁBADOS LETIVOS E DIAS DA SEMANA CORRESPONDENTES DE AULA

Sábado	Dia da semana correspondente	Sábado	Dia da semana correspondente	Sábado	Dia da semana correspondente
26/03	Segunda-feira	04/06	Segunda-feira	03/09	Segunda-feira
09/04	Terça-feira	18/06	Terça-feira	08/10	Quarta-feira
23/04	Quarta-feira	09/07	Quarta-feira	19/11	Quinta-feira
14/05	Quinta-feira	23/07	Quinta-feira	17/12	Sexta-feira
28/05	Sexta-feira	06/08	Sexta-feira		

§ 2º As peculiaridades locais, inclusive climáticas, culturais e econômicas, que venham a interferir no cumprimento do Calendário Escolar/2022, serão passíveis de Calendário Especial e/ou reposição de aulas, mediante proposta da escola, enviada à Secretaria Municipal de Educação, desde que sejam observados os 200 dias letivos e a carga horária mínima de 800 horas, conforme estabelece a Lei nº 9.394/96.

§ 3º A carga horária total das turmas do Ensino Fundamental – Anos Finais, cuja hora/aula seja de 50 minutos, será no mínimo 960 horas/aula, cumpridas em 200 dias letivos de efetivo trabalho de regência de classe.

§ 4º As Unidades Escolares devem afixar em local de fácil visibilidade o Calendário Escolar, o Quadro de Horário de aulas e o Horário das Atividades Complementares (ACs), em vigência, para acompanhamento do seu cumprimento por toda a comunidade escolar.

**Art. 8º.** Determinar que o não comparecimento do estudante matriculado no Sistema Municipal de Ensino de Jequié em todas as etapas e modalidades implica, por parte da gestão da escola, a implementação das estratégias da Busca Ativa Escolar, com as seguintes providências:

- I. após 07 dias convocar formalmente os pais, para cobrar a presença do estudante faltoso;
- II. caso o estudante continue faltando, mesmo após o contato com a família, perfazendo um total de 14 dias de faltas, a direção deverá comunicar formalmente ao Conselho Tutelar do Município;
- III. transcorridos 30 dias de ausências não justificadas, sem a solução do problema pelas instâncias anteriormente notificadas, a direção deverá comunicar, formalmente, ao Ministério

# Prefeitura Municipal de Jequié

Público do Município, antes do cancelamento da matrícula do estudante.

§ 1º Em caso de mudança de residência, problema de trabalho ou de saúde, envolvendo o estudante ou familiares, a situação será analisada pelo Conselho Escolar, que dará os encaminhamentos cabíveis.

§ 2º O não cumprimento das determinações previstas no *caput* do artigo implica em responsabilidade da direção da unidade escolar.

Art. 9º O estudante de menor idade não poderá ser impedido, em hipótese alguma, do acesso ao espaço escolar e sala de aula por não estar completamente uniformizado.

*Parágrafo único.* A situação do descumprimento do uso do uniforme completo, deverá ser notificada, pela gestão da escola, à família de quem será cobrada a responsabilidade pelo uso do uniforme pelo estudante.

Art. 10. Na organização do horário escolar para as classes de Educação Infantil ao Ensino Fundamental será observado o seguinte:

I. EDUCAÇÃO INFANTIL – **Creche:**

Início:	Término:
07h30	17h

II. EDUCAÇÃO INFANTIL – **Pré-Escola:** As classes das Unidades Escolares de Educação Infantil – *Creche e Pré-Escola* terão jornada mínima de 04 horas diárias incluindo o horário de recreio (intervalo de lanche), com atividade dirigida e livre, sob os cuidados de seus respectivos professores.

Funcionamento:	Início:	Término:
<b>Matutino</b>	07h30	11h30
<b>Vespertino</b>	13h00	17h
<b>Tempo Integral</b>	07h30	17h

III. ENSINO FUNDAMENTAL – **Anos Iniciais:** as classes do Ensino Fundamental – *Anos Iniciais* terão jornada mínima de 04 horas diárias incluindo o horário de recreio (intervalo de lanche), com atividade dirigida e livre, sob os cuidados de seus respectivos professores.

Funcionamento:	Início:	Término:
<b>Matutino</b>	07h30	11h30

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequeie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

<b>Vespertino</b>	13h00	17h
<b>Tempo Integral</b>	07h30	17h

IV. ENSINO FUNDAMENTAL – **Anos Finais**: jornada diária mínima de 5 horas/aula e EPJAI noturno com 4 horas/aula:

<b>Horário:</b>	<b>Matutino:</b>	<b>Vespertino:</b>	<b>Noturno (EPJAI):</b>
<b>1º</b>	7h às 7h50	13h às 13h50	19h às 19h45
<b>2º</b>	7h50 às 8h40	13h50 às 14h40	19h45 às 20h30
<b>3º</b>	8h40 às 9h30	14h40 às 15h30	20h30 às 21h15
<b>4º</b>	9h50 às 10h40	15h50 às 16h40	21h15 às 22h
<b>5º</b>	10h40 às 11h30	16h40 às 17h30	-

§ 1º As classes de EPJAI em funcionamento, no turno noturno, terão a carga horária distribuída em quatro períodos de efetivo trabalho escolar. E, as classes de EPJAI - *Juvenil* em funcionamento no diurno terão a carga horária distribuída em 5 (cinco) períodos efetivos de trabalho escolar, conforme definido na distribuição dos horários do Ensino Fundamental - *Anos Finais*.

§ 2º As Áreas do Conhecimento, no Ensino Fundamental – *Anos Iniciais e Finais*, serão trabalhadas como atividades educativas em articulação com as matrizes curriculares (aprovadas pela Resolução 001/2022/ CME/JEQ de 10/02/2022).

§ 3º As classes do Ensino Fundamental, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, Escolas de Tempo Integral e Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos devem articular as áreas de conhecimentos, os componentes curriculares e os conteúdos (objetos de conhecimentos e saberes) numa perspectiva integrada, a partir de temas integradores e transversais contemporâneos. A saber:

I. Temas de Articulação Curricular:

- a) Cultura digital;
- b) Direitos das crianças e adolescentes;
- c) Direitos dos idosos;
- d) Educação ambiental e sustentabilidade;
- e) Educação em direitos humanos;
- f) Educação financeira e para o consumo;
- g) Educação fiscal;
- h) Educação para a diversidade cultural;
- i) Educação para as relações de gênero e sexualidade;
- j) Educação para as relações étnico-raciais: quilombola, afro-brasileira, indígena;
- k) Educação para o trânsito;
- l) Juventude, liderança e protagonismo estudantil;

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

- m) Saúde na escola;
  - n) Símbolos nacionais brasileiros;
  - o) Vida familiar e social.
- II. Temas Inspiradores orientados pela Secretaria Municipal de Educação:
- a) **I Unidade:** Identidade;
  - b) **II Unidade:** Meio Ambiente;
  - c) **III Unidade:** Diversidade;
- III. Tema definido pela Secretaria Municipal da Cultura, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, para o São João de 2022 – “Forró, patrimônio cultural do Brasil” - que deverá ser articulado com o tema inspirador da I unidade.
- IV. Temas propostos pela Unidade Escolar:
- Escolha da Escola.

**Art. 11.** As *Escolas de Tempo Integral* da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - *Anos Iniciais* terão jornada total de 9h30 horas diárias, incluindo dois períodos de recreação (intervalo de lanche) com atividade dirigida e livre, sob os cuidados de seus respectivos professores e Intervalo de almoço, sob a orientação da gestão e apoio de outros profissionais da educação.

**Art. 12.** Na elaboração do horário escolar de 2022 a Gestão da Escola deverá respeitar o regime de trabalho do professor, conforme previsto na Lei nº 1.445/1998, que aprova o Estatuto do Magistério Público Municipal, com as seguintes orientações:

- I. Das classes de Educação Infantil e Ensino Fundamental - *Anos Iniciais*:
- a) **de 20 horas** a serem cumpridas em 5 dias de 4 horas, em um único turno;
  - b) **de 40 horas** a serem cumpridas em 5 dias de oito horas, em dois turnos distintos.
- II. Das classes do Ensino Fundamental – *Anos Finais* a jornada de trabalho do professor obedecerá à seguinte distribuição:
- a) **de 20 horas:** 13 horas em regência e 7 Hora/atividade, que é o período de tempo em que desempenha atividades extra classe relacionadas com a docência, tais como, as de recuperação de alunos, preparação de aulas pesquisas e seleção de material pedagógico, planejamento, reflexão educacional, correção de avaliações, reuniões com a comunidade escolar e outras programadas pela Secretaria de Educação;
  - b) **de 40 horas:** 26 horas em regência e 14 Horas/atividade, que é o período de tempo em que desempenha atividades extra classe relacionadas com a docência, tais como, as de

---

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequeie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

recuperação de alunos, preparação de aulas pesquisas e seleção de material pedagógico, planejamento, reflexão educacional, correção de avaliações, reuniões com a comunidade escolar e outras programadas pela Secretaria de Educação;

- c) **de 60 horas:** 39 horas em regência e 21 Hora/atividade, que é o período de tempo em que desempenha atividades extra classe relacionadas com a docência, tais como, as de recuperação de alunos, preparação de aulas pesquisas e seleção de material pedagógico, planejamento, reflexão educacional, correção de avaliações, reuniões com a comunidade escolar e outras programadas pela Secretaria de Educação.

§ 1º O docente do Ensino Fundamental - *Anos Finais*, contratado em Regime Especial de Direito Administrativo-REDA, em regime de 20 horas cumprirá uma jornada de 16 horas em efetiva regência de classe e 4 horas de Atividade Complementar, na escola.

§ 2º O docente do Ensino Fundamental – *Anos Iniciais* e Educação Infantil, contratado em Regime Especial de Direito Administrativo em regime de 20 horas cumprirá sua jornada integral em efetiva regência de classe.

§ 3º A distribuição da carga horária constante do *caput* do artigo poderá ser ajustada pela direção da escola para atender necessidades emergenciais, não prevista no início do ano letivo, respeitando o regime de trabalho do professor, com autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º O Coordenador Pedagógico do quadro efetivo cumprirá sua jornada de trabalho de 20 ou 40 horas, integralmente na escola, em conformidade com seu vínculo empregatício, na condição de servidor público municipal.

§ 5º O Coordenador Pedagógico em cargo comissionado cumprirá jornada de 40 horas, integralmente na escola.

**Art. 13.** A substituição ou desdobramento de professor em regime de 20 horas está condicionado ao limite máximo de 40 horas, no Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º Para ter direito a substituição ou desdobramento, o docente que tenha vínculo em outra rede, deverá apresentar declaração de vínculo da instituição em que atua, com distribuição de carga horária e identificação de turno.

§ 2º A concessão de substituição está condicionado ao cumprimento dos seguintes critérios na instituição de origem:

1. Pontualidade;
2. Assiduidade;

---

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

3. Desempenho pedagógico satisfatório.

**Art. 14.** O afastamento do professor da efetiva regência de classe se dará, excepcionalmente, nas seguintes condições:

- a) assumir cargo de Direção e Vice-direção;
- b) assumir função de Coordenação Pedagógica, mediante ato da Secretária Municipal de Educação;
- c) em readaptação funcional, após o servidor ser submetido à perícia médica;
- d) assumir funções técnicas na Secretaria Municipal de Educação, mediante ato do Secretário Municipal de Educação;
- e) professores à disposição de órgãos, entidades e instituições, mediante convênio com a Prefeitura Municipal de Jequié.

**§ 1º** Em nenhuma hipótese o professor será afastado de suas atividades docentes de efetiva regência de classe sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação.

**§ 2º** O professor afastado por licença de interesse particular, ao retornar da referida licença deverá se apresentar no Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

**§ 3º** O professor em readaptação funcional cumprirá sua jornada de trabalho de 20, 40 ou 60 horas, integralmente, em conformidade com o seu regime de trabalho e mediante às necessidades do Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 15.** A lotação de docente na Sala de Recursos Multifuncionais obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº 1.798/2008.

**Art. 16.** Na organização do horário escolar das turmas do Ensino Fundamental – *Anos Finais*, a gestão escolar deve priorizar os horários de Atividades Complementares – AC na escola, em detrimento dos horários individuais dos professores.

**§ 1º** A participação do professor nos horários de Atividades Complementares é obrigatória e deve ser supervisionada pelo Gestor Escolar, por meio da Ficha de Rotina de Atividade Complementar, disponibilizada pelo Departamento Pedagógico e frequência enviada ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

**§ 2º** O horário do AC referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental - *Anos Iniciais* poderá ser cumprido, semanalmente, com uma carga horária de 2 horas semanais ou 4 horas quinzenais, para professores em regime de 20 horas e 4 horas semanais ou 8 quinzenais, para professores em regime de 40 horas, fora da jornada de trabalho do professor.

---

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequeie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

§ 4º O planejamento anual das Atividades Complementares será de responsabilidade do (a) Coordenador (a) Pedagógico (a) e deverá ser encaminhado ao Departamento Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, para o acompanhamento do trabalho pedagógico nas escolas.

§ 5º O horário de AC dos professores do Ensino Fundamental – *Anos Finais*, referente a 04 horas/aula, destinado ao planejamento e formação continuada, será organizado e assistido pelo(a) coordenador(a) pedagógico(a), por área de conhecimento, sem prejuízos dos momentos coletivos

§ 6º Parte da carga horária de Atividade Complementar destinada à formação continuada poderá ser computada em atividade de formação docente, definida pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 7º A frequência das Atividades Complementares, devidamente assinada pelos professores, deve ser anexada à frequência regular mensal para pagamento e encaminhadas ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo estabelecido.

§ 8º As Atividades Complementares (ACs) acontecerão semanalmente, respeitando as seguintes orientações:

a) EDUCAÇÃO INFANTIL – *Creche e Pré-Escola*:

Modalidade	CH	DIA ESTABELECIDO		
		TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA
Semanal	2h	17h – 19h (Professores do turno MATUTINO)	-	17h – 19h (Professores do turno VESPERTINO)
Quinzenal	4h	17h – 21h (Professores do turno MATUTINO)	-	17h – 21h (Professores do turno MATUTINO)

b) ENSINO FUNDAMENTAL – *Anos Iniciais*:

Modalidade	CH	DIA ESTABELECIDO		
		TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA
Semanal	2h	17h – 19h (Professores do turno MATUTINO)	-	17h – 19h (Professores do turno VESPERTINO)
Quinzenal	4h	17h – 21h (Professores do turno MATUTINO)	-	17h – 21h (Professores do turno MATUTINO)

c) ENSINO FUNDAMENTAL – *Anos Finais*:

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequie.ba.gov.br



# Prefeitura Municipal de Jequié

Modalidade	CH	DIA ESTABELECIDO		
		TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA
Semanal	4h	Língua Portuguesa; Língua Estrangeira Moderna – Inglês; Arte; Educação Física.	Matemática; Ciências; Educação para a Sexualidade.	Geografia; História; Ensino Religioso; História e Cultura: afro-brasileira e africana.

d) EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTOS – *Segmento I:*

Modalidade	CH	DIA ESTABELECIDO		
		TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA
Semanal	2h	17h – 19h (Professores do turno DIURNO)	-	17h – 19h (Professores do turno NOTURNO)
Quinzenal	4h	17h – 21h (Professores do turno DIURNO)	-	15h – 19h (Professores do turno NOTURNO)

e) EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTOS – *Segmento II:*

Modalidade	CH	DIA ESTABELECIDO		
		TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA
Semanal	4h	Língua Portuguesa; Artes; Língua Estrangeira Moderna – Inglês.	Matemática; Ciências; Educação para a Sexualidade.	História; Geografia; Trabalho e Cidadania; Ensino Religioso.

f) EDUCAÇÃO DO CAMPO – *Escolas Nucleadas/ Salas Multianos:*

Modalidade	CH	DIA ESTABELECIDO		
		TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA
Quinzenal	4h	8h – 12h (Professores de 20h, dos turnos MATUTINO e VESPERTINO)		
	8h	8h – 12h e 13h30 – 17h30 (Professores do turno MATUTINO)		

**Art. 17.** Cada unidade escolar estabelecerá critérios para garantir a segurança interna dos estudantes e mecanismos para o controle de acesso a terceiros nas dependências da escola, encaminhando-os à Secretaria Municipal de Educação para conhecimento.

**Art. 18.** O calendário letivo das escolas públicas municipais de Jequié manterá a organização em três

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequeie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

Unidades Didáticas (I Unidade, II Unidade e III Unidade), visando ampliar o tempo de aprendizagem dos estudantes.

*Parágrafo Único.* Não há alteração na média adotada no sistema (5,0) e a média final será o somatório das médias das três unidades dividido por 3 (três).

**Art. 19.** Fica assegurada ao estudante do Ensino Fundamental a avaliação processual, contínua e cumulativa de desempenho, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo, sobre os eventuais resultados finais.

§ 1º Os períodos de realização das avaliações das unidades didáticas serão definidos pela Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares, ouvindo os professores, de forma a não caracterizar semana de prova, como período de avaliação ao final de cada Unidade.

§ 2º Os dias de avaliação de unidades e de estudos de recuperação são tratados, no calendário escolar 2022, como dias letivos, devendo ser cumpridos integralmente.

§ 3º Os estudos de recuperação, para o estudante com baixo rendimento escolar, serão oferecidos pelo professor paralelamente ao desenvolvimento dos seus programas em processo contínuo e ao final de cada unidade didática.

§ 4º Em situação em que o estudante demonstre dificuldade de aprendizagem, mesmo contando com intervenção contínua do professor no processo de recuperação paralela, a direção da escola deverá solicitar da SME uma avaliação do estudante, por profissional da Equipe do Departamento Pedagógico.

§ 5º Aos educandos com deficiência será garantida, quando necessário, a avaliação diferenciada ou adaptada, observando as condições de acessibilidade.

§ 6º Após 200 dias letivos, o estudante que não atingir média para aprovação nas unidades didáticas será submetido ao estudo de recuperação de aprendizagem, previsto no Calendário Escolar – 2022.

**Art. 20.** Após a avaliação de cada unidade didática será comunicado aos pais a situação do estudante faltoso e com baixo rendimento, para orientação quanto às medidas de intervenção que devem ser adotadas pela escola e pela família, no sentido de ajudar o estudante a superar as suas dificuldades.

*Parágrafo único.* Na hipótese do estudante apresentar baixo rendimento e/ou frequência inferior a 30% do percentual permitido, conforme estabelece a lei nº 13.803/2022, proporcional às duas primeiras unidades didáticas, e, constatada negligência da família, a direção da escola deverá notificar o fato ao Conselho Tutelar do Município e/ou o Ministério Público.

---

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequeie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

**Art. 21.** Ao final de cada unidade didática os professores atualizarão os Diários de Classe, quanto ao aproveitamento escolar do estudante, com as respectivas avaliações (com registro de notas e/ou pareceres individuais), frequências e relatório de ocorrência e desempenho, entregando-os à Secretaria da Unidade Escolar em data estabelecida, abaixo:

Unidade Didática	Lançamento de Notas pelos Professores no Diário de Classe	Lançamento de Notas pelos Secretários Escolares
I UNIDADE	05 de julho de 2022	22 de julho de 2022
II UNIDADE	30 de setembro de 2022	21 de outubro de 2022
III UNIDADE	29 de dezembro de 2022	15 de janeiro de 2023

§ 1º É de responsabilidade dos profissionais do Serviço de Atendimento Educacional Especializado– AEE, produzir relatório semestral circunstanciado didático-pedagógico e Plano de Ação de Intervenções Didáticas estabelecidas referente ao processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades/superdotação, de forma a compor os registros da trajetória escolar destes estudantes.

§ 2º Ao final do ano letivo, além dos registros referentes à 3ª unidade, o professor deverá preencher o parecer final, quando for o caso, tomando como base as informações contidas nas unidades didáticas e em outras situações observadas no decorrer do ano letivo.

§ 3º O Diário de Classe é documento de uso exclusivo da escola não sendo permitido, sob nenhuma hipótese, a sua retirada da instituição.

§ 4º O não cumprimento ao que está previsto no caput do artigo implica em ato disciplinar para o docente responsável e para o gestor, em caso de omissão da irregularidade, junto à Secretaria Municipal de Educação.

§ 5º A folha de pagamento do mês, imediatamente posterior à finalização de cada unidade didática, a ser encaminhando à Secretaria Municipal de Educação, deverá ser acompanhada de Declaração de Irregularidade dos Diários de Classe, indicando os nomes dos docentes em situação irregular, para as medidas cabíveis.

**Art. 22.** É de responsabilidade do gestor da unidade escolar manter atualizado o cadastro dos profissionais que atuam na escola, respeitando ao que determina o inciso XIII da Resolução do CNE/CEB nº 01, de 15 de janeiro de 2018.

*Parágrafo único.* É assegurado o direito do uso do nome social, quando solicitado pelo servidor, em

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequie.ba.gov.br

# Prefeitura Municipal de Jequié

conformidade ao que determina a Resolução da CNE/CP 01 de 19 de janeiro de 2018.

**Art. 23.** É obrigatório o uso do nome social para as pessoas transgêneras e travestis nos registros escolares, em cumprimento ao que determina a Resolução do CP/ CNE nº 01, de 19 de janeiro de 2018, quando solicitado pelo estudante maior de 18 anos e para os menores de 18 anos, por solicitação de seu representante legal.

**Art. 24.** É de responsabilidade da escola a expedição de qualquer documento referente a vida do estudante como histórico escolar, transferência, atestado de frequência, e outros correlatos, observando atos regulatórios expedidos pela Secretaria Municipal de Educação.

*Parágrafo único.* Será de responsabilidade do Núcleo de Administração Central das Escolas Municipais (NACEM) a emissão de documentos referentes à vida escolar de estudantes matriculados em escolas nucleadas do campo e escolas extintas.

**Art. 25.** Fica estabelecido que a direção da unidade escolar e corpo docente deverão ficar cientes dos dispositivos desta Portaria para fazê-la cumprir.

**Art. 26.** Os casos omissos nesta portaria serão resolvidos pela direção da unidade escolar, ouvindo o Conselho Escolar e a Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 27.** Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JEQUIÉ-BA, EM 19 DE ABRIL DE 2022.



**ELVIA SAMPAIO E SAMPAIO**  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto nº 22.385 em 03 de fevereiro de 2021

Secretaria Municipal de Educação de Jequié – SME, Av. Rio Branco, 1550B – Joaquim Romão, Jequié/BA  
CEP: 45.200-011 – Fone: (73) 3528-3750 E-MAIL: educacao@jequie.ba.gov.br

# O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres

José Carlos Libâneo  
Universidade Federal de Goiás

## Resumo

O texto aborda o agravamento da dualidade da escola pública brasileira atual, caracterizada como uma escola do conhecimento para os ricos e como uma escola do acolhimento social para os pobres. Esse dualismo, perverso por reproduzir e manter desigualdades sociais, tem vínculos evidentes com as reformas educativas iniciadas na Inglaterra nos anos 1980, no contexto das políticas neoliberais; mais especificamente, ele está em consonância com os acordos internacionais em torno do movimento *Educação para Todos*, cujo marco é a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, sob os auspícios do Banco Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO). Com base em pesquisa bibliográfica, este estudo argumenta que a associação entre as políticas educacionais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento e os traços da escola dualista representa substantivas explicações para o incessante declínio da escola pública brasileira nos últimos trinta anos. Ao final do texto, retoma-se a discussão sobre a necessidade de uma pauta comum dos educadores em torno dos objetivos e das funções da escola pública.

## Palavras-chave

Políticas para a escola pública – Declínio da escola pública – *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, de Jomtien – Educação e pobreza – Escola dualista.

Correspondência:  
José Carlos Libâneo  
libaneojc@uol.com.br

# ***The perverse dualism of the Brazilian public school: school of knowledge for the rich, school of social care for the poor***

José Carlos Libâneo  
*Federal University of Goiás*

## **Abstract**

*This paper addresses the aggravation of the duality of current Brazilian public schools, characterized as a school of knowledge for the rich and a school of social care for the poor. Such dualism – which is perverse because it reproduces and maintains social inequalities – has obvious links not only with the educational reforms initiated in England in the 1980s, in the context of the neoliberal policies, but also and especially with the international agreements on the Education for All movement, whose mark was the World Conference on Education for All held in Jomtien, Thailand in 1990, under the auspices of the World Bank, the United Nations Development Program (UNDP), the United Nations Children’s Fund (UNICEF) and the United Nations Educational and Cultural Organization (UNESCO). Based on bibliographic research, the text argues that the association between the educational policies of the World Bank for developing countries and the features of the dualistic school offers substantive explanations for the unremitting decline in the Brazilian public school system over the past 30 years. At the end, the text discusses again the objectives and functions of public schools.*

## **Keywords**

*Policies for public school – Public school decline – World Conference on Education for All in Jomtien – Education and poverty – Dualistic school.*

**Contact:**  
**José Carlos Libâneo**  
**libaneojc@uol.com.br**

A luta pela escola pública obrigatória e gratuita para toda a população tem sido bandeira constante entre os educadores brasileiros, sobressaindo-se temas sobre funções sociais e pedagógicas, como a universalização do acesso e da permanência, o ensino e a educação de qualidade, o atendimento às diferenças sociais e culturais, e a formação para a cidadania crítica. Entretanto, têm-se observado, nas últimas décadas, contradições mal resolvidas entre quantidade e qualidade em relação ao direito à escola, entre aspectos pedagógicos e aspectos socioculturais, e entre uma visão de escola asentada no conhecimento e outra, em suas missões sociais. Ressalta-se, também, a circulação de significados muito difusos para a expressão *qualidade de ensino*, seja por razões ideológicas, seja pelo próprio significado que o senso comum atribui ao termo, dependendo do foco de análise pretendido: econômico, social, político, pedagógico etc. O próprio campo educacional, nos âmbitos institucional, intelectual e associativo, está longe de obter um consenso mínimo sobre os objetivos e as funções da escola pública na sociedade atual.

As interrogações e os embates sobre os objetivos da escola básica, suas formas de funcionamento e a natureza de suas práticas pedagógicas têm alentado a produção científica em diferentes posições e enfoques teóricos em que, geralmente, predominam análises de cunho político e sociológico. Neste texto, propõe-se uma análise predominantemente pedagógica dos percalços da escola pública, ainda que amparada em análises sociopolíticas. A discussão visa destacar o impacto negativo, nos objetivos e nas formas de funcionamento interno das escolas, das políticas educacionais de organismos internacionais, as quais se transformaram em *cartilhas* no Brasil para a elaboração de planos de educação do governo federal e de governos estaduais e municipais, afetando tanto as políticas de financiamento, quanto outras como as de currículo, formação de professores, organização da escola, práticas de avaliação etc.

O objetivo do texto é, assim, buscar ligações entre as proposições originariamente emanadas na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia, e as políticas públicas para a educação básica praticadas nestes vinte anos pelos governos brasileiros. A Conferência, que produziu um documento histórico denominado *Declaração Mundial da Conferência de Jomtien*, foi a primeira dentre outras conferências realizadas nos anos seguintes em Salamanca<sup>1</sup>, Nova Delhi, Dakar etc., convocadas, organizadas e patrocinadas pelo Banco Mundial. No Brasil, o primeiro documento oficial resultante da referida Declaração e das demais conferências foi o *Plano Decenal de Educação para Todos* (1993-2003), elaborado no Governo Itamar Franco. Em seguida, seu conteúdo esteve presente nas políticas e diretrizes para a educação do Governo FHC (1995-1998; 1999-2002) e do Governo Lula (2003-2006; 2007-2010), tais como: universalização do acesso escolar, financiamento e repasse de recursos financeiros, descentralização da gestão, *Parâmetros Curriculares Nacionais*, ensino a distância, sistema nacional de avaliação, políticas do livro didático, *Lei de Diretrizes e Bases* (Lei nº 9.394/96), entre outras. A hipótese básica a ser desenvolvida aqui é de que estes vinte anos de políticas educacionais no Brasil, elaboradas a partir da *Declaração de Jomtien*, selaram o destino da escola pública brasileira e seu declínio. A pesquisadora equatoriana Rosa Maria Torres (1996) avaliza essa afirmação quando se refere ao pacote do Banco Mundial:

Sustentamos que o referido pacote e o modelo educativo subjacente à chamada “melhoria da qualidade da educação”, do modo como foi apresentado e vem se desenvolvendo, ao invés de contribuir para a mudança no sentido proposto – melhorar a qualidade e a eficiência da educação e,

<sup>1</sup> - A *Declaração de Salamanca* trata da questão da educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais; seu título completo é *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais* (1994).

de maneira específica, os aprendizados escolares na escola pública e entre os setores menos favorecidos - está, em boa medida, reforçando as tendências predominantes no sistema escolar e na ideologia que o sustenta, ou seja, as condições objetivas e subjetivas que contribuem para produzir ineficiência, má qualidade e desigualdade no sistema escolar. (p. 127)

As análises apresentadas a seguir iniciam-se com a constatação da diversidade e dos antagonismos de posições sobre os objetivos e as funções da escola no Brasil na atualidade para, em seguida, desvendar, nas políticas oficiais, um pensamento quase hegemônico sobre as funções da escola assentado nas políticas educativas do Banco Mundial. Na segunda parte, após uma caracterização das propostas de escola, ressaltando seu dualismo, são apontadas possíveis saídas, visando a um consenso mínimo da sociedade sobre os objetivos e as funções da escola pública.

### **Dos desacordos sobre os objetivos e as funções da escola aos atrativos da *Declaração Mundial de Jomtien***

Tem sido constante, nos meios intelectual e institucional do campo da educação, a constatação de um quadro sombrio da escola pública. No âmbito das análises externas, dados estatísticos e pesquisas apontam sua deterioração e ineficácia em relação a seus objetivos e formas de funcionamento. São reiteradas as demandas pela ampliação dos recursos financeiros para todos os níveis e modalidades de ensino. Há um volume considerável de investigações sobre a situação dos salários e das condições de trabalho e formação dos professores. No âmbito das análises internas, presume-se uma crise do papel socializador da escola, já que ela concorre com outras instâncias de socialização, como as mídias, o mercado cultural, o consumo e os grupos de referência. Outros estudos têm

mostrado a crescente inquietude dos professores sobre como conseguir a motivação dos alunos ou como conter atos de indisciplina. Com bastante frequência, seja devido aos desacordos entre educadores, legisladores e pesquisadores em relação aos objetivos e às funções da escola, seja pela atração exercida pelas orientações dos organismos internacionais, muitas das medidas adotadas pelas políticas oficiais para a educação e o ensino têm o aspecto de soluções evasivas para os problemas educacionais. Tais soluções estariam baseadas na ideia de que, para melhorar a educação, bastaria prover insumos que, atuando em conjunto, incidiriam positivamente na aprendizagem dos alunos (por exemplo, os ciclos de escolarização, a escola de tempo integral, a progressão continuada, a gratificação financeira a professores, a progressão continuada e, recentemente, a implantação do *Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente*), deixando de considerar fatores intraescolares que mais diretamente estariam afetando a qualidade da aprendizagem escolar (LIBÂNEO, 2006).

Em face desses problemas, circula no meio educacional uma variedade de propostas sobre as funções da escola, propostas estas frequentemente antagonônicas, indo desde as que pedem o retorno da escola *tradicional*, até as que preferem que ela cumpra missões sociais e assistenciais. Ambas as posições explicitariam tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças. António Nóvoa (2009) pontua com clareza esses dois tipos de escola.

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social,



para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos. (p. 64)

Nas considerações a seguir, busca-se demonstrar que a escola para o acolhimento social tem sua origem na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, de 1990, e em outros documentos produzidos sob o patrocínio do Banco Mundial, nos quais é recorrente o diagnóstico de que a escola tradicional está restrita a espaços e tempos precisos, sendo incapaz de adaptar-se a novos contextos e a diferentes momentos e de oferecer um conhecimento para toda a vida, operacional e prático. Além disso, o insucesso da escola tradicional decorreria de seu modo de funcionar, pois ela está organizada com base em conteúdos livrescos, exames e provas, reprovações e relações autoritárias. Busca-se, então, outro tipo de escola, abrindo espaços e tempos que venham atender às necessidades básicas de aprendizagem (reduzidas, como veremos adiante, a necessidades *mínimas*), tomadas como eixo do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a escola se caracterizará como lugar de ações socioeducativas mais amplas, visando ao atendimento das diferenças individuais e sociais e à integração social. Com apoio em premissas pedagógicas humanitárias, concebeu-se uma escola que primasse, antes de tudo, pela consideração das diferenças psicológicas de ritmo de aprendizagem e das diferenças sociais e culturais, pela flexibilização das práticas de avaliação escolar e pelo clima de convivência – tudo em nome da intitulada *educação inclusiva*. Marília Gouvea de Miranda (2005) assinala a principal mudança na educação de massas em decorrência das reformas educativas neoliberais iniciadas por volta de 1980. Segundo ela,

[...] a escola constituída sob o princípio do conhecimento estaria dando lugar a uma escola orientada pelo princípio da

socialidade. O termo “socialidade” está sendo adotado aqui para ressaltar que a escola organizada em ciclos se situa como um tempo/espaço destinado à convivência dos alunos, à experiência da socialidade, distinguindo-se dos conceitos de socialização e de desenvolvimento da sociabilidade tratados pela sociologia e psicologia. (p. 641)

Assim, não se trata mais de manter aquela *velha* escola assentada no conhecimento, isto é, no domínio dos conteúdos, mas de conceber uma escola que valorizará formas de organização das relações humanas nas quais prevaleçam a integração social, a convivência entre diferentes, o compartilhamento de culturas, o encontro e a solidariedade entre as pessoas. Em texto de 2004, José Carlos Libâneo associava o sistema de ciclos a uma escola identificada mais como “lugar de encontro e compartilhamento entre as pessoas em que [...] sejam acolhidos seus ritmos, suas diferenças” (p. 19) do que como espaço propiciador de condições para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos.

A concepção de uma escola para a integração social, segundo nos parece, tem sua origem na mencionada *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, de 1990. Lido sem intenção crítica e sem a necessária contextualização, esse documento apresenta um conteúdo muito atraente, chegando a surpreender o leitor por suas intenções humanistas e democratizantes. Considere-se, por exemplo, o artigo 1º – *Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a

solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (WCEFA, 1990)

Nos tópicos seguintes da Declaração, são definidas estratégias bastante aceitáveis na direção de uma educação para todos: a) satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem para todos; b) universalizar o acesso à educação básica<sup>2</sup> como base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes; c) concentrar a atenção na aprendizagem necessária à sobrevivência; d) ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; e) propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; f) fortalecer alianças (autoridades públicas, professores, órgãos educacionais e demais órgãos de governo, organizações governamentais e não governamentais, setor privado, comunidades locais, grupos religiosos, famílias).

Tão boas intenções parecem, à primeira vista, compatíveis com uma desejada visão democrática da escola para todos e até com uma visão renovada das políticas educativas. No entanto, esses conceitos necessitam ser examinados com base nas políticas globais definidas pelos organismos internacionais para os países pobres (BIRD, PNUD, BID, UNESCO, UNICEF), de modo a obter o significado contextualizado de tais termos. São muitos os estudos relacionados a esse tema (entre outros, TORRES, 1996, 2001; DE TOMMASI; WARDE; HADDAD, 1996; MACHADO, 2000; GADOTTI, 2000; ALTMANN, 2002; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; MARTINEZ BOOM, 2004; LAVAL, 2004; ANTUNES, 2004; FALLEIROS, 2005; ALGEBAILLE, 2009; NÓVOA, 2009). No entanto, a análise

**2-** O termo *educação básica* deve ser lido como educação fundamental, ensino fundamental, ou seja, o nível mais elementar de ensino.

a seguir recorrerá mais frequentemente a três autores: Rosa Maria Torres, José Luis Corraggio e Alberto Martínez Boom.

Torres (2001) esclarece em seu texto que, ao longo das avaliações e revisões da Declaração em conferências e reuniões subsequentes entre os organismos internacionais e os países envolvidos, a proposta original foi *encolhida*, e foi essa versão que acabou prevalecendo, com variações em cada país, na formulação das políticas educacionais. Tal *encolhimento* deu-se para adequar-se à visão economicista do Banco Mundial, o patrocinador das conferências mundiais. Desse modo, a visão *ampliada* de educação converteu-se em uma visão *encolhida*, ou seja: a) *de* educação para todos, *para* educação dos mais pobres; b) *de* necessidades básicas, *para* necessidades mínimas; c) *da* atenção à *aprendizagem*, *para* a melhoria e a avaliação dos resultados do *rendimento* escolar; d) *da* melhoria das condições de *aprendizagem*, *para* a melhoria das condições internas da *instituição escolar* (organização escolar) (p. 29).

Numa análise pedagógica dessas estratégias, verifica-se, tal como alerta Torres (2001), que as necessidades básicas de aprendizagem transformaram-se num “pacote restrito e elementar de destrezas úteis para a sobrevivência e para as necessidades imediatas e mais elementares das pessoas” (p. 40), bem próximas da ideia de que o papel da escola é prover conhecimentos ligados à realidade imediata do aluno, utilizáveis na vida prática (como acreditam, também, algumas concepções mais simplistas da ligação do ensino à vida cotidiana). Em síntese, a aprendizagem transforma-se numa mera necessidade natural, numa visão instrumental desprovida de seu caráter cognitivo, desvinculada do acesso a formas superiores de pensamento.

Coraggio (1996) mostra que as políticas sociais do Banco Mundial visam ao investimento no desenvolvimento das pessoas, “garantindo que todos tenham acesso a um mínimo de educação, saúde, alimentação, saneamento” (p. 77), de modo a assegurar políticas de ajuste

estrutural que vão liberar as forças do mercado e acabar com a cultura de direitos universais a bens e serviços básicos garantidos pelo Estado. Ou seja, as políticas sociais são elaboradas para instrumentalizar a política econômica, “em contradição com os objetivos declarados” (p. 79). Escreve o autor:

O modo economicista com que se usa essa teoria (da análise econômica) para derivar recomendações, contribui para introjetar e institucionalizar os valores do mercado capitalista na esfera da cultura, o que vai muito além de um simples cálculo econômico para comparar custos e benefícios das diversas alternativas geradas do ponto de vista social ou político. (p. 95)

As análises de Torres e de Coraggio explicam a versão *encolhida* da *Declaração de Jomtien* adotada por boa parte dos países em vias de desenvolvimento. Têm-se, assim, traços básicos das políticas para a educação do Banco Mundial: a) reducionismo economicista, ou seja, definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica; b) o desenvolvimento socioeconômico necessita da redução da pobreza no mundo, por meio da prestação de serviços básicos aos pobres (saúde, educação, segurança etc.) como condição para torná-los mais aptos a participarem desse desenvolvimento; c) a educação escolar reduz-se a objetivos de aprendizagem observáveis, mediante formulação de padrões de rendimento (expressos em competências) como critérios da avaliação em escala; d) flexibilização no planejamento e na execução para os sistemas de ensino, mas centralização das formas de aplicação das avaliações (cujos resultados acabam por transformarem-se em mecanismos de controle do trabalho das escolas e dos professores).

Também Martínez Boom (2004) apresenta uma interpretação dos conceitos de necessidades básicas de aprendizagem e de desenvolvimento humano. Segundo ele, na

orientação dos ideólogos do Banco Mundial, a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem conduz ao desenvolvimento humano, cujos índices são aferidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na *Declaração de Jomtien*, o conceito de aprendizagem refere-se à aquisição de capacidades, atitudes e comportamentos necessários à vida, nos quais se “incluem leitura, escrita, cálculo, técnicas, valores e atitudes que necessitam os seres humanos para sobreviver” (p. 222). Além disso, o autor afirma que “a educação básica deve centrar-se nas aquisições e nos resultados efetivos da aprendizagem” (p. 222), antecipando a ideia de avaliação em escala com base em competências mínimas estabelecidas pelo sistema de ensino e num processo permanente de avaliação. As necessidades básicas de aprendizagem seriam a chave para concretizar a *visão ampliada de educação*, instituindo um novo objetivo para a educação mundial, distinto das formulações convencionais e inadequadas da pedagogia e da didática, em que o ensino se restringe a ações de apoio, reduzindo drasticamente o papel do professor na formação cognitiva dos alunos. O conceito de desenvolvimento humano converte-se, assim, numa categoria essencial para as formulações das agências internacionais. Ainda segundo Martínez Boom (2004):

A ideia do Desenvolvimento Humano é mais exequível aos indivíduos e não exclusivamente à sociedade e, neste sentido, já não se trata da ênfase no desenvolvimento econômico em geral mas no desenvolvimento dos indivíduos em que cada um se reconhece como portador de um desenvolvimento, como propriedade intrínseca do indivíduo. [...]. O foco das políticas sociais deve ser o ser humano como recurso mais importante, pois se trata de sujeito que deseja e consome, portanto suscetível de ingressar no mercado. (p. 220)

Eis, então, que o conceito de aprendizagem como necessidade natural, como incorporação de competências mínimas para sobrevivência social, torna-se pré-requisito para o desenvolvimento humano e social. Afirma o autor:

Este novo paradigma se sustenta em uma visão “realista”, ou melhor, economicista, da educação, apresentada como necessidade “natural” que responde a leis definidas a partir da biologia e que deve, em consequência, ser satisfeita, como a fome e o abrigo. Em outras palavras, ao apresentar a educação como necessidade, fica reduzida a uma simples pulsão natural, perdendo seu caráter de acontecimento cultural em que intervém o pensamento, a linguagem, a inteligência, os saberes. A educação deixa de ser, assim, um assunto da cultura para ser um serviço desprovido de política e de história, reduzindo seu papel à aquisição de competências de aprendizagem. (p. 227)

Tal análise mostra que foi precisamente a ideia do protagonismo da aprendizagem e a desvalorização do ensino que tomaram conta das concepções de escola de muitos educadores, não apenas os dirigentes de órgãos públicos, mas também vários segmentos da intelectualidade do campo da educação. Dessa forma, a política do Banco Mundial para as escolas de países pobres assume duas características *pedagógicas*: atendimento a necessidades *mínimas* de aprendizagem e espaço de convivência e acolhimento social. Com isso, produz-se, nos sistemas de ensino, o que Nóvoa (2009) chamou de *transbordamento de objetivos*, em que os objetivos assistenciais se sobrepõem aos objetivos de aprendizagem. Conclui-se, assim, que a escola passa a assumir as seguintes características: a) conteúdos de aprendizagem entendidos como competências e habilidades *mínimas* para a sobrevivência e o trabalho (como um *kit* de habilidades para a vida); b) avaliação do rendimento escolar por meio de indicadores de caráter quantitativo, ou seja,

independentemente de processos de aprendizagem e formas de aprender; c) aprendizagem de valores e atitudes requeridos pela nova cidadania (ênfase na sociabilidade pela vivência de ideais de solidariedade e participação no cotidiano escolar).

Destaca-se, nesse terceiro item, o papel socializador da escola mediante a promoção da equidade social, o respeito às diferenças e a solidariedade com o próximo. Mas Ialê Falleiros (2005) mostra a verdadeira tarefa da escola na visão das agências financeiras internacionais:

ensinar as futuras gerações a exercer uma cidadania de ‘qualidade nova’, a partir da qual o espírito de competitividade seja desenvolvido em paralelo ao espírito de solidariedade. Assim, ocorre uma renúncia, uma negação da expectativa de divisão de classes e há um ajustamento para uma atitude ‘cidadã’ que diminua as diferenças e a miséria, incutindo uma noção de solidariedade e amenização das lutas de classes e diferenças raciais, sociais, culturais, entre tantas outras. (p. 211)

O novo paradigma supõe, também, um *novo papel do professor*, ou seja, da mesma forma que, para os alunos, oferece-se um *kit* de habilidades para sobrevivência, oferece-se ao professor um *kit* de sobrevivência docente (treinamento em métodos e técnicas, uso de livro didático, formação pela EaD). A posição do Banco Mundial é pela formação aligeirada de um professor *tarefeiro*, visando baixar os custos do pacote formação/capacitação/salário.

O que as políticas educacionais pós-Jomtien promovidas e mantidas pelo Banco Mundial escondem, portanto, é o que diversos pesquisadores chamaram de *educação para a reestruturação capitalista*, ou *educação para a sociabilidade capitalista*. As análises mais críticas dessas reformas educacionais são unânimes em afirmar que o pacote de reformas imposto aos países pobres gerou

um verdadeiro pensamento único no campo das políticas educacionais, incluindo governos populares como o brasileiro, conforme se verá a seguir.

### **Brasil, vinte anos de políticas educativas do Banco Mundial: o pensamento hegemônico oficial sobre as funções da escola**

Os problemas da escola pública brasileira não são novos, mas há décadas desafiam órgãos públicos, pesquisadores nas áreas das ciências humanas e sociais, movimentos sociais ligados à educação e sindicatos. No entanto, nos últimos anos, também no Brasil os discursos sobre as funções da escola vêm manifestando um raciocínio reiterativo, a saber: o insucesso da escola pública deve-se ao fato de ela ser *tradicional*, estar baseada no conteúdo, ser autoritária e, com isso, constituir-se como uma escola que reprova, exclui os mal-sucedidos, discrimina os pobres, leva ao abandono da escola e à resistência violenta dos alunos etc. Tal como aparece nos documentos dos organismos internacionais, é preciso um novo modelo de escola, novas práticas de funcionamento.

Os anos 1990 demarcam a chegada efetiva do neoliberalismo no Brasil, coincidindo com os primeiros ensaios da reforma educativa brasileira surgidos já no Governo Itamar Franco, quando foi elaborado o *Plano Decenal de Educação para Todos* (1993-2003), que é praticamente uma reprodução da *Declaração de Jomtien*. Eis o que registra o *Plano Decenal* em relação aos objetivos da educação básica:

A – Objetivos gerais de desenvolvimento da Educação Básica:

1 - Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País, especialmente as necessidades do mundo do trabalho:

a) definindo padrões de aprendizagem a serem alcançados nos vários ciclos, etapas e/ou séries da educação básica e garantindo oportunidades a todos de aquisição de conteúdos e competências básicas:

- no domínio cognitivo: incluindo habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimulando a criatividade, a capacidade decisória, habilidade na identificação e solução de problemas e, em especial, de saber como aprender;

- no domínio da sociabilidade: pelo desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, de senso de respeito ao próximo e de domínio ético nas relações interpessoais e grupais. (BRASIL, 1993)

Observe-se a consonância com os princípios e estratégias inscritos na Declaração de Jomtien. É notória a assunção do papel da escola como atendimento de necessidades *mínimas* de aprendizagem e de espaço de convivência e acolhimento social. A proposta economicista e tecnicista do *Plano Decenal* ganhou mais concretude durante o Governo FHC, quando foi implantada a maior parte das medidas vinculadas à reforma educacional do período em questão, inclusive os *Parâmetros Curriculares Nacionais*.

Além das novas orientações curriculares, outras medidas foram implantadas desde 1990, estando, de alguma forma, relacionadas às orientações do Banco Mundial; alguns exemplos são o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), depois Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a avaliação em escala do sistema de ensino, os ciclos de escolarização, a política do livro didático, a inclusão de pessoas com deficiências em escolas regulares e a escola fundamental de nove anos (LIBÂNEO, 2006). É verdade que parte dessas medidas ligadas à reorganização das estruturas de funcionamento das

escolas não se originou diretamente das recomendações do Banco Mundial. Diversos estudos realizados entre nós sobre os ciclos de escolarização, por exemplo, mostram que temas como progressão continuada e promoção automática eram discutidos no Brasil desde os anos 1950 e que, entre os anos 1960 e 1970, vários Estados brasileiros introduziram inovações associadas ao regime de ciclos escolares até chegarem à organização dos ciclos propriamente ditos no início dos anos 1990 (BARRETTO; MITRULIS, 2001; DALBEN, 2000; ARROYO, 1999; FREITAS, 2003; MAINARDES, 2006, entre outros). No entanto, há razões para ligar a introdução do sistema de ciclos às políticas educacionais de atendimento à pobreza. Elba Siqueira de Sá Barretto e Eleny Mitrulis (2001) mencionam que as iniciativas de adoção dos ciclos escolares por volta dos anos 1980, inspiradas no sistema de avanços progressivos adotado nas escolas básicas dos Estados Unidos e da Inglaterra, tinham propósitos explícitos de promoção social de todos os indivíduos.

Nesses países a progressão escolar nos grupos de idade homogênea foi historicamente considerada, antes de tudo, como uma progressão social a que todos os indivíduos, indiscriminadamente, tinham direito mediante a frequência às aulas, independentemente das diferenças de aproveitamento que apresentassem. Nessa concepção a função social da escola sobreleva a sua função escolar propriamente dita. (p. 30)

As autoras observam que, por ocasião da reforma educativa na Inglaterra, nos anos 1990, a alunos com dificuldades escolares, geralmente de origem popular, eram oferecidas tarefas escolares menos desafiadoras, subestimando-se sua capacidade de progredir intelectualmente.

Desse modo, o aluno pode ser relegado, pelo próprio aparato institucional, a um ensino mais pobre, que lhe cerceia posteriormente

o acesso a uma trajetória escolar de maior prestígio escolar e social. (p. 35)

Analisando uma proposta brasileira de 1994 de implantação de ciclos de formação, em que se privilegia a função social da escola, a socialização e o desenvolvimento pleno do educando, Barretto e Mitulis (2001) escrevem:

À dimensão cognitiva agregaram-se a social, a afetiva, a atitudinal [...]. A lógica dos conteúdos cedeu lugar a uma lógica de formação do aluno a partir de experiências educativas, em que se articulavam conhecimentos já adquiridos por vivências pessoais, conhecimentos provenientes dos diferentes campos do saber e temas de relevância social, em um processo de contextualização e integração que visava ao desenvolvimento de individualidades capazes de pensamento crítico e autonomia intelectual. (p. 35)

Há razões, assim, para crer que a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* confirmou tendências anteriores ao enfatizar, como função social específica da escola, a socialização e a convivência social, colocando em segundo plano a aprendizagem dos conteúdos. As ações organizacionais e curriculares nessa direção, desde 1990, foram absorvidas quase que integralmente nos oito anos do Governo Lula, incluindo-se ainda outras formuladas nesse mesmo governo, como o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE), a consolidação da formação de professores a distância, o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, o aprimoramento das avaliações em escala do ensino fundamental e superior (*Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Provinha Brasil, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENAD*), e, recentemente, o *Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente – ENICD*.

As pesquisas que analisam criticamente tais políticas adotam, em geral, uma perspectiva

sociopolítica em que se denuncia seu caráter economicista e pragmático, estando ausentes análises do ponto de vista pedagógico-didático, ou seja, análises sobre como essas políticas induzem objetivos para a escola e concepções de ensino e aprendizagem, com repercussões nas práticas de gestão pedagógica e curricular e nas formas de trabalho dos professores na sala de aula. No entanto, as consequências no funcionamento interno das escolas são visíveis, como se verá a seguir.

### **A escola que sobrou para os pobres**

Constata-se, assim, que, com apoio em premissas pedagógicas humanistas por trás das quais estão critérios econômicos, formulou-se uma escola de respeito às diferenças sociais e culturais, às diferenças psicológicas de ritmo de aprendizagem, de flexibilização das práticas de avaliação escolar – tudo em nome da *educação inclusiva*. Não é que tais aspectos não devessem ser considerados; o problema está na distorção dos objetivos da escola, ou seja, a função de socialização passa a ter apenas o sentido de convivência, de compartilhamento cultural, de práticas de valores sociais, em detrimento do acesso à cultura e à ciência acumuladas pela humanidade. Não por acaso, o termo *igualdade* (direitos iguais para todos) é substituído por *equidade* (direitos subordinados à diferença).

Bernard Charlot (2005) é incisivo ao rejeitar a educação pensada e organizada, prioritariamente, em uma lógica econômica e de preparação ao mercado de trabalho. Segundo ele, a visão de educação imposta por organismos internacionais produz o ocultamento da dimensão cultural e humana da educação, à medida que se dissolve a relação entre o direito das crianças e jovens de serem diferentes culturalmente e, ao mesmo tempo, semelhantes em termos de dignidade e reconhecimento humano. Ele conclui: “Desse modo, a redução da educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo ameaça

o homem em seu universalismo humano, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito” (p. 143). Com isso, Charlot ressalta, aumentam os índices de escolaridade, mas se agravam as desigualdades sociais de acesso ao saber, pois à escola pública é atribuída a função de incluir populações excluídas ou marginalizadas pela lógica neoliberal, sem que os governos lhe disponibilizem investimentos suficientes, bons professores e inovações pedagógicas. Eis as consequências dessa política:

os jovens são cada vez mais escolarizados em instituições diferentes, dependendo do status econômico de seus pais. Constata-se, assim, o estabelecimento de redes educacionais cada vez mais diferenciadas e hierarquizadas. Nessas redes, a escola pública deve acolher as populações mais frágeis. Com isso, à escolarização de base [...] perseguida por muito tempo, segue-se um fracasso em massa dos alunos, com iletrismo, abandonos repetências, etc. (p. 144)

Assim, a escola que sobrou para os pobres, caracterizada por suas missões assistencial e acolhedora (incluídas na expressão *educação inclusiva*), transforma-se em uma caricatura de inclusão social. As políticas de universalização do acesso acabam em prejuízo da qualidade do ensino, pois, enquanto se apregoam índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores intraescolares na aprendizagem. Ocorre uma inversão das funções da escola: o direito ao conhecimento e à aprendizagem é substituído pelas aprendizagens *mínimas* para a sobrevivência. Isso pode explicar o descaso com os salários e com a formação de professores: para uma escola que requer apenas necessidades *mínimas* de aprendizagem, basta um professor que apreenda um *kit* de técnicas de sobrevivência docente (agora acompanhado dos *pacotes* de livros didáticos dos chamados *sistemas de ensino*).

As reformas educativas jogaram todo o peso das supostas inovações escolares para a redução da pobreza em medidas externas, como a organização curricular, a gestão, a avaliação em escala, os sistemas de premiação de escolas e professores etc., deixando de investir nas ações pedagógicas no interior da escola para um enfrentamento pedagógico-didático dos mecanismos de seletividade e exclusão. É inevitável, aqui, constatar o fracasso dos cursos de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental (LIBÂNEO, 2010b).

Eis que as vítimas dessas políticas, aparentemente humanistas, são os alunos, os pobres, as famílias marginalizadas, os professores. O que lhes foi oferecido foi uma escola sem conteúdo e com um arremedo de acolhimento social e socialização, inclusive na escola de tempo integral. O que se anunciou como *novo padrão de qualidade* transformou-se num arremedo de qualidade, pois esconde mecanismos internos de exclusão ao longo do processo de escolarização, antecipadores da exclusão na vida social.

**Uma aposta:** uma escola que articule a formação cultural e científica com as práticas socioculturais em que se manifestam diferenças, valores e formas de conhecimento local e cotidiano

A luta política e profissional pelas conquistas sociais – entre elas, o ensino público – é um dever ético dos educadores. Por isso, uma visão assertiva sobre a escola e o ensino assentada nas necessidades humanas básicas e nos direitos humanos e sociais não pode contentar-se apenas com a crítica. São necessárias teorias sólidas, acompanhadas de instrumentalidades a serem postas em prática. Escreve Potyara Pereira (2000):

Sem a existência de referências teórico-conceituais alternativas, coerentes e consistentes, dificilmente se consegue contrair a “retórica da intransigência” do

pensamento reacionário de que nos fala Hirschman, que rotula de fútil, ameaçadora ou defasada toda e qualquer intenção progressista de sobrepor às aspirações desmedidas do mercado as necessidades humanas. Dificilmente, também, se desmontam os argumentos, aparentemente corretos, de neoliberais e neoconservadores, de que é mais democrático e justo atender a demandas e preferências individuais através do mercado, do que necessidades sociais por meio de instituições coletivas, incluindo o Estado como garantia de direitos. (p. 183)

Em estudos recentes, Libâneo (2006, 2010a) vem discutindo duas orientações pedagógicas no campo progressista da educação em relação a objetivos e formas de organização das práticas educativas escolares. Uma delas atribui prevalência à formação cultural e científica, em que se valoriza o domínio, pelos alunos, dos saberes sistematizados como base para o desenvolvimento cognitivo e a formação da personalidade, por meio da atividade de aprendizagem socialmente mediada. As teorias da formação cultural e científica abrangem as pedagogias voltadas para a formação do pensamento conceitual e para o desenvolvimento mental, entre elas, a pedagogia histórico-cultural formulada por Lev Vygotsky e seus seguidores. A outra orientação valoriza experiências socioculturais vividas em situações educativas (cultivo da diversidade, práticas de compartilhamento sociocultural, ênfase no cotidiano etc.), obviamente com objetivos formativos. Teorias ligadas a essa orientação incluem, ao menos, algumas orientações teóricas do movimento mundial da educação nova, o movimento *Educação para Todos (Declaração de Jomtien)*, a pedagogia de Paulo Freire, as teorias do cotidiano e das redes de conhecimento e a teoria curricular crítica. As duas abordagens buscam objetivos formativos em torno de uma mesma questão: o que se espera que a escola faça para formar cidadãos educados e críticos, aptos a participar da vida em sociedade, e como fazer isso. Os projetos pedagógicos de ambas,



no entanto, são distintos e disputam as preferências de intelectuais no campo investigativo e de dirigentes de sistemas educacionais no campo institucional, determinando diferentes escolhas em relação às funções da escola e às suas formas de funcionamento pedagógico-didático e organizacional.

Será possível conciliar posições relativistas em que os valores e práticas são produtos socioculturais e, portanto, decorrentes do modo de pensar e agir de grupos sociais particulares, com a exigência *social* de prover a cultura geral, acessível a todos, independentemente de contextos particulares? A aposta que se faz aqui é de que possíveis acordos em torno de propósitos educativos e meios de ação pedagógica implicam admitir, como princípio, a universalidade da cultura escolar. À escola caberia assegurar, a todos, em função da formação geral, os saberes públicos que apresentam um valor, independentemente de circunstâncias e interesses particulares; junto a isso, caberia a ela considerar a coexistência das diferenças e a interação entre indivíduos de identidades culturais distintas, incorporando, nas práticas de ensino, as práticas socioculturais. Desse ponto de partida, surgiria uma pauta comum de ação em torno da função nuclear da escola: assegurar a qualidade e a eficácia dos processos de ensino e aprendizagem na promoção dos melhores resultados de aprendizagem dos alunos. Para isso, os legisladores, planejadores e gestores do sistema escolar, bem como os pesquisadores do campo educacional, precisariam prestar mais atenção, também, aos aspectos pedagógico-didáticos da qualidade de ensino, isto é, aos fatores intraescolares da aprendizagem escolar em que estão implicados os professores e pedagogos especialistas.

### **Considerações finais**

O texto teve o propósito de apanhar, nos estudos consultados, pistas de que as políticas educacionais brasileiras dos últimos vinte anos pautaram-se no princípio da satisfação de necessidades *mínimas* de aprendizagem com vis-

tas à promoção do desenvolvimento humano, em consonância com o conjunto das políticas sociais formuladas pelas agências internacionais para a redução da pobreza. Conforme anunciado, o que se produziu foi uma análise pedagógica das políticas do Banco Mundial, de forma a identificar os objetivos e as funções pretendidas para a escola em relação ao ensino e à aprendizagem. Constatou-se que o conceito de aprendizagem difundido nas reformas educativas neoliberais foi o de sua conotação instrumental. Com efeito, os documentos revelam uma visão ao mesmo tempo restrita e ampliada de aprendizagem expressa nesta assertiva:

cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá aproveitar as oportunidades educativas destinadas a satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem (WCEFA, 1990).

Uma visão *restrita*, pois, ao longo do documento, a noção de aprendizagem vai-se firmando em torno da ideia de *aprendizagens mínimas*, como aquisição de competências básicas para a sobrevivência social; visão *ampliada*, no sentido de não se restringir à aprendizagem escolar e cognitiva, abrindo-se para outros espaços e tempos, inclusive para vivências de acolhimento da diversidade e para uma aprendizagem ao longo da vida (no sentido de uma educação permanente). Por um lado, a noção mais restrita confina a aprendizagem numa mera necessidade natural, desprovida de seu caráter cultural e cognitivo; por outro, a noção ampliada dissolve o papel do ensino, destituindo a possibilidade de desenvolvimento pleno dos indivíduos, já que crianças e jovens acabam obrigados a aceitar escolas enfraquecidas, um ensino reduzido às noções *mínimas*, professores mal preparados, mal pagos, humilhados e desiludidos.

Diferentemente dessa concepção de escola e de aprendizagem, a teoria histórico-cultural, a partir das contribuições de Vygotsky e de seus seguidores, postula que o papel da escola é prover aos alunos a apropriação da

cultura e da ciência acumuladas historicamente, como condição para seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral, e torná-los aptos à reorganização crítica de tal cultura. Nessa condição, a escola é uma das mais importantes instâncias de democratização social e de promoção da inclusão social, desde que atenda à sua tarefa básica: a atividade de aprendizagem dos alunos. Tal aprendizagem não é algo *natural* que funciona independentemente do ensino e da pedagogia. As mudanças no modo de ser e de agir decorrentes de aprendizagem dependem de mediação do outro pela linguagem, formando dispositivos internos orientadores da personalidade. Tal como expressa Vygotsky, trata-se de uma reconstrução individual da cultura num processo de interação com outros indivíduos: o que inicialmente são processos intersíquicos converte-se em processos intrapsíquicos. Sendo assim, a intervenção pedagógica por meio do ensino é imprescindível para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral. Pelo ensino, opera-se a mediação das relações do aluno com os objetos de conhecimento, criando condições para a formação de capacidades cognitivas por meio do processo mental do conhecimento presente nos conteúdos escolares, em associação com formas de interação social nos processos de aprendizagem lastreados no contexto sociocultural (LIBÂNEO, 2009).

Essa posição tem correspondência com o lema cunhado por Gimeno Sacristán (2000): uma escolarização igual, para sujeitos diferentes, por meio de um currículo comum. A conquista da igualdade social na escola consiste em proporcionar, a todas as crianças e jovens, em condições iguais, o acesso aos conhecimentos da ciência, da cultura e da arte, bem como o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e a formação da cidadania. No entanto, falar de igualdade é considerar, ao mesmo tempo, a diferença, pois,

se a escola recebe sujeitos muito diferentes entre si, ela precisa enfrentar a realidade da diversidade como condição para ser integradora de todos. Dentro do mesmo espírito, ou seja, de acolhimento da diversidade cultural em uma escola para todos, escreve Charlot (2005):

A mundialização-solidariedade implica uma escola que faça funcionar, ao mesmo tempo, os dois princípios, o da diferença cultural e o da identidade dos sujeitos enquanto seres humanos, ou seja, os princípios do direito à diferença e do direito à semelhança. [...] A diferença só é um direito se for afirmada com base na similitude, na universalidade do ser humano. (p. 136)

Em síntese, trata-se, por um lado, de uma escola que visa à formação cultural e científica, isto é, ao domínio do saber sistematizado mediante o qual se promove o desenvolvimento de capacidades intelectuais, como condição de assegurar o direito à semelhança, à igualdade. Por outro, é preciso considerar que essa função primordial da escola – a formação cultural e científica – destina-se a sujeitos diferentes, já que a diferença não é uma excepcionalidade da pessoa humana, mas condição concreta do ser humano e das situações educativas. Compreende-se, pois, que não há justiça social sem conhecimento; não há cidadania se os alunos não aprenderem. Todas as crianças e jovens necessitam de uma base comum de conhecimentos, junto a ações que contenham o insucesso e o fracasso escolar. É claro que a escola pode, por um imperativo social e ético, cumprir algumas missões sociais e assistenciais (a escola convive com pobreza, fome, maus tratos, consumo de drogas, violência etc.), mas isso não pode ser visto como sua tarefa e sua função primordiais, mesmo porque a sociedade também precisa fazer sua parte nessas missões sociais e assistenciais.

## Referências

- ALGEBAILÉ, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: FAPERJ, Lamparina, 2009.
- ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ARROYO, Miguel. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 68, p. 143-161, dez. 1999.
- BARRETO, Elba S. de Sá; MITRULIS, Eleny. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 105-142, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC, 1997.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- DALBEN, Ângela Imaculada L. de Freitas. A prática pedagógica e os ciclos de formação na Escola Plural. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Singular ou plural? Eis a questão!** Belo Horizonte: GAME, FAE, UFMG, 2000. p. 53-66.
- DE TOMMASI, Livia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FALLEIROS, Ialê. Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a construção da nova cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-235.
- FREITAS, Luis Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.
- GADOTTI, Moacir. Da palavra a ação. In: INEP. **Educação para todos: a avaliação da década**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2000. p. 27-31.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Londrina: Planta, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. Entrevista com José Carlos Libâneo. **Revista Plurais**, Anápolis, v.1, n. 1, p. 9-35, 2004.
- \_\_\_\_\_. Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 70-125.
- \_\_\_\_\_. Docência universitária: formação do pensamento teórico-científico e atuação nos motivos dos alunos. In: D'ÁVILA, Cristina (Org.). **Ser professor na contemporaneidade: desafios, ludicidade e protagonismo**. Curitiba: Editora CRV, 2009. p. 69-83.
- \_\_\_\_\_. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. 3. ed. Campinas: Atomoealinea, 2010a. p. 19-62.
- \_\_\_\_\_. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez. 2010b.

MACHADO, Maria A. de Medeiros. O Plano Decenal e os Compromissos de Jomtien. In: INEP. **Educação para todos: a avaliação da década**. Brasília: MEC/INEP, 2000.

MAINARDES, Jefferson. Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão da literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2006.

MARTINEZ BOOM, Alberto. **De la escuela expansiva a la escuela competitiva: dos modos de modernización en América Latina**. Barcelona: Anthropos Editorial; Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004.

MIRANDA, Marília Gouveia de. Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 639-651, mai./ago. 2005.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. **La educación obligatoria: su sentido educativo y social**. Madrid: Morata, 2000.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 125-193.

WCEFA (World Conference on Education for All/Conferência Mundial de Educação para Todos). **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990.

*Recebido em: 20.12.2010*

*Aprovado em: 18.03.2011*

**José Carlos Libâneo** é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), na linha de pesquisa Teorias da Educação e Processos Pedagógicos.

Moacir Gadotti

A Escola e o Professor

Paulo Freire  
e a paixão de ensinar

1ª edição

São Paulo, 2007

PUBLISHER  
BRASIL

## A escola como um lugar especial

A escola é o lugar preferencial do professor. Com base na minha leitura de Paulo Freire, gostaria de falar da escola como um lugar especial, um lugar de esperança e de luta.

Já falamos muito mal da escola. Costumamos reclamar dos nossos professores como se eles fossem os responsáveis por todos os males da humanidade. Mas é na escola que passamos os melhores anos de nossas vidas, quando crianças e jovens. A **escola** é um lugar bonito, um lugar cheio de vida, seja ela uma escola com todas as condições de trabalho, seja ela uma escola onde falta tudo. Mesmo faltando tudo, nela existe o essencial: gente. Professores e alunos, funcionários, diretores. Todos tentando fazer o que lhes parece melhor. Nem sempre eles têm êxito, mas estão sempre tentando. Por isso, precisamos falar mais e melhor de nossas escolas, de nossa educação.

A escola é um **espaço de relações**. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo.

A escola não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política. Deve gerar insatisfação com o já dito, o já sabido, o já estabelecido. Só é harmoniosa a escola autoritária. A escola não é só um espaço físico. É, acima de tudo, um modo de ser, de ver. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve. E, se quiser sobreviver como instituição, precisa buscar o que é específico dela.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, **aprendendo em rede** com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população.

Não somos seres determinados, mas, como seres inconclusos, incapazes e incompletos, somos seres condicionados. O que aprendemos depende das *condições de aprendizagem*. Somos programados para aprender, mas o que aprendemos depende do tipo de *comunidade de aprendizagem* a que pertencemos. A primeira comunidade de aprendizagem a que pertencemos é a *família*, o grupo social da infância. Daí a importância desse condicionante no desenvolvimento futuro da criança. A escola, como segunda comunidade de aprendizagem da criança, precisa levar em conta a comunidade não-escolar dos aprendentes. E mais: todos precisamos de **tempo para aprender**, na escola, na família, na cidade.

Quando os pais, mães, ou outros responsáveis, acompanham a vida escolar de seus filhos, aumentam as chances da criança aprender. Os pais precisam

### Boniteza das salas

“É incrível que não imaginemos a significação do ‘discurso’ formador que faz uma escola respeitada em seu espaço. A eloquência do discurso ‘pronunciado’ na e pela limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam. Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço.” (*Pedagogia da autonomia*, p.50)

também continuar aprendendo. Se qualidade de ensino é aluno aprendendo, é preciso que ele saiba disso: é preciso “combinar” com ele, envolvê-lo como protagonista de qualquer mudança educacional. O fracasso de muitos projetos educacionais está no fato de desconhecer a **participação dos alunos**. O aluno aprende quando o professor aprende; ambos aprendem quando pesquisam. Como diz Paulo Freire, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Freire, 1997, p.32).

Vivemos hoje numa sociedade de **redes** e de **movimentos**, uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de “sociedade aprendente”, na qual as conseqüências para a escola, para o professor e para a educação em geral são enormes. Torna-se fundamental **aprender a pensar** autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes.

Nesse contexto de impregnação da informação, o **professor** é muito mais um mediador do conhecimento, um problematizador. O aluno precisa construir e reconstruir o conhecimento a partir do que faz. Para isso, o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que-fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um *lecionador* para ser um *organizador* do conhecimento e da aprendizagem. Poderíamos dizer que o professor se tornou um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um **organizador da aprendizagem**. Não há ensino-e-aprendizagem fora da “procura, da boniteza e da alegria”, dizia-nos Paulo Freire. A estética não está separada da ética. E elas se farão presentes quando houver prazer



e sentido no conhecimento que construímos. Por isso, precisamos também saber o que, por que, para que estamos aprendendo.

Ninguém nega a importância da **Educação Básica** para a formação da cidadania e como forma de se preparar para o trabalho. Entretanto, muitos se perguntam para que servem esses anos de estudo. Por isso, saber distinguir o essencial do secundário é muito importante; saber distinguir o estrutural do conjuntural é decisivo. E saber aonde queremos chegar é crucial. Educar para quê? Com que mundo sonhamos? Como educar para um outro mundo possível? A Educação Básica é consequência de um longo processo de compreensão/realização do que é essencial, do que é permanente, e do que é transitório para que um cidadão exerça criticamente a sua **cidadania** e construa um **projeto de vida**, considerando as dimensões individual e coletiva, para viver bem em sociedade.